DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, quinta-feira, 29 de dezembro de 1977 — ANO II - Nº 247

ATOS DO GOVERNADOR
DECRETOS

DECRETO Nº. 3.985 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1977

Autoriza a doação de bens móveis à PROFLORA S.A. - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO e dá outras providências.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, item II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, tendo em vista o disposto no artigo 1º da Lei nº 6.267, de 24 de novembro de 1975 e o que consta do processo nº 025.033/77,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada a doação à PROFLORA S.A. - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO, entidade do Complexo Administrativo do Distrito Federal, dos veículos abaixo discriminados:

01. Automóvel, marca Volkswagen, tipo Sedan, ano de fabricação 1971, chassi nº BP-797.356, motor nº BF-463.390, placa OF-2856, tombado sob o nº 29.712, no valor de Cr$.12.740,45.

02. Camioneta, Dodge 100, Pick-UP, tipo Standard, modelo B-3 D-1, ano de fabricação 1972, chassi nº 011.592, motor de 8 cilindros em V, nº 318150138, placa CA-0407, tombado sob o nº 32.537, no valor de Cr$.27.835,95.

Art. 2º - A doação a que se refere o artigo anterior é feita com plena liberdade de uso, gozo e destinação.

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DISTRITO FEDERAL, 13 de Dezembro de 1977;

89º da República e 18º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº 4.015 DE 23 DE dezembro DE 1977

Estabelece Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Item II, do Artigo 20, da Lei Nº 3.751, de 13 de abril de 1.960,

D E C R E T A:

Art. 1º - A execução orçamentária e financeira do Distrito Federal será realizada em conformidade com a legislação pertinente à matéria e o disposto no presente Decreto.

CAPÍTULO I

DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Art. 2º - À Secretaria de Finanças, com base na estimativa da arrecadação da receita e no comportamento de exercícios anteriores, cabe elaborar a Programação Financeira do Distrito Federal.

Parágrafo Único - A Programação Financeira será periodicamente revista, de modo a manter-se atualizada e fundamentar-se-á no orçamento anual, nas operações de crédito e nas alterações de conjuntura que afetem a receita.

Art. 3º - A Programação Financeira será fixada em Cotas Trimestrais Globais, por Decreto do Governador e visará manter, durante o exercício, o equilíbrio financeiro.

CAPÍTULO II

DAS COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

Art. 4º - As Cotas Trimestrais de Despesa, elaboradas consoante instruções da Secretaria do Governo e com base nos limites fixados na Lei de Orçamento e no detalhamento do programa de trabalho de cada Unidade Orçamentária, serão aprovadas por Decreto do Governador e publicadas até o dia 31 de dezembro do exercício anterior ao de sua vigência.

§ 1º - As Cotas Trimestrais de Despesa objetivarão assegurar às Unidades Orçamentárias a soma de recursos necessários e suficientes à execução de seu programa de trabalho e fixarão o montante global que cada unidade fica autorizada a utilizar em cada trimestre.

§ 2º - As Cotas Trimestrais de Despesa basear-se-ão:

I - na programação financeira
II - no detalhamento do programa de trabalho; e
III - nos créditos adicionais.

Art. 5º - As Cotas Trimestrais de Despesa poderão ser revistas, a critério da Secretaria do Governo, na primeira quinzena do trimestre subsequente, para reprogramação da aplicação do saldo da cota trimestral anterior, uma vez justificado por escrito o não cumprimento do programa de trabalho, até o dia 05 (cinco) do mês seguinte.

Parágrafo Único - Os saldos das despesas de Pessoal e Encargos Sociais serão incorporados à Cota do trimestre seguinte, sem as exigências deste artigo.

Art. 6º - Os Decretos de abertura de Créditos Especiais e Suplementares indicarão as Cotas Trimestrais de Despesa correspondentes.

Art. 7º - Aprovadas as Cotas Trimestrais de Despesa, os dirigentes das Unidades Orçamentárias destacarão, por ato próprio, aos órgãos centralizadores de movimentação de dotações, as parcelas necessárias ao atendimento dos compromissos da Unidade, no período, por projeto, atividade e elemento de despesa, ficando automaticamente distribuídas as despesas de pessoal e encargos sociais fixadas nas respectivas cotas.

§ 1º - Os valores inicialmente destacados, nos termos deste artigo, poderão ser modificados em função do cumprimento do programa de trabalho a cargo da Unidade.

§ 2º - Respeitado o limite orçamentário, as despesas com pessoal e encargos sociais poderão exceder, em até 10% (dez por cento), os valores estabelecidos para o trimestre, sem necessidade de alteração da cota trimestral.

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.
- As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.
- Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.
- As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março de cada ano.
- Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.
- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

- A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL
do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal
Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE

DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 6º Andar

Telefones: Direto: 225.7803 - PABX - 225.6830 Ramal 312

ASSINATURAS
REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual	Cr$ 168,00
Semestral	Cr$ 84,00

FUNCIONÁRIOS

Anual	Cr$ 132,00
Semestral	Cr$ 66,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 60,00 anuais.

NUMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DA MATÉRIA

-Os originais, para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel, tamanho ofício, em espaço dois sem rasuras nem emendas.

Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nítida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos, e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

-(Decreto nº 3.282 de 15.06.76 -"DO" de 16.06.76) e Portaria Nº 199/SEA (Publicada no "DO" Nº 06 de 24/06/76).

Art. 8º - Deverá ser remetida, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, aos órgãos centralizadores de movimentação de dotações, às Coordenações dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e ao Departamento da Despesa, uma via do ato de que trata o artigo anterior.

Art. 9º - Independentemente de apreciação pela Secretaria do Governo, de pedido de reprogramação de saldo da Cota Trimestral de Despesa anterior, na forma do artigo 5º, os dirigentes das Unidades Orçamentárias poderão destacar as parcelas trimestrais, para atendimento dos compromissos das Unidades no período seguinte sem utilização do saldo no período encerrado.

CAPÍTULO III

DOS CONVÊNIOS E CONTRATOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 10 - Os Secretários de Estado poderão assinar Convênios ou Contratos para execução de obras ou prestação de serviços, obedecida a legislação em vigor e observadas as condições estipuladas no presente Capítulo.

§ 1º - As receitas de Convênio serão escrituradas como receita do Distrito Federal e indicadas como recursos para financiamento de abertura de crédito adicional, objetivando a execução do Convênio.

§ 2º - O Departamento da Despesa comunicará às Coordenações dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento o ingresso dos recursos referidos no parágrafo anterior.

§ 3º - As despesas bancárias com transferências de recursos de convênios correrão à conta dos mesmos, salvo disposição em contrário.

§ 4º - Os contratos de prestação de serviços e assistência técnica e/ou aquisição de equipamento de origem estrangeira dependem de anuência prévia da Secretaria do Governo.

Art. 11 - Somente poderão ser firmados Convênios e Contratos que acarretem despesas, quando compatíveis com as Cotas Trimestrais de Despesa fixadas, e, em se tratando de execução de obras, tenham os projetos de engenharia e arquitetura aprovados.

§ 1º - Nos Convênios firmados com Entidades da Administração Indireta do Distrito Federal, para execução de obras, poderá incumbir-se a Entidade convenente da elaboração do projeto final de engenharia e arquitetura, tomando-se por base para o Convênio o anteprojeto previamente elaborado.

§ 2º - Fica vedada a assinatura de Convênio ou Contratos que:

a) - transfiram de uma só vez, e no início, os recursos totais para execução de obras e prestação de serviços;

b) - façam referência apenas a prazo de entrega de recursos, sem a contrapartida física; e

c) - não especifiquem as obras a serem executadas ou serviços a serem prestados.

§ 3º - O pagamento de cada parcela deverá obedecer ao cronograma físico-financeiro estabelecido e ao que dispõe o Artigo 14.

Art. 12 - Em todos os ajustes designar-se-á de forma expressa:

I - um executor, que terá acesso ao trabalho, cabendo-lhe supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução, apresentando relatório quando do término de cada etapa ou quando solicitado pela contratante;

II - que a supervisão técnica, quando se tratar de Convênio ou Contrato de obra, é da Secretaria de Viação e Obras, exceto nas Administrações Regionais ou equivalentes, cuja supervisão ficará a cargo da respectiva Divisão Regional de Fiscalização e Licenciamento de Obras, ou órgão equivalente.

§ 1º - O executor mencionado no inciso I do presente artigo, poderá ser pessoa física ou órgão público.

§ 2º - É facultada a indicação de um mesmo executor para mais de um Convênio ou Contrato.

§ 3º - É da competência e responsabilidade do executor:

I - atestar a conclusão das etapas ajustadas, ouvido o órgão encarregado da supervisão técnica;

II - dar ciência imediata ao órgão ou entidade contratante de ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado ou rescisão do contrato;e

III - remeter, até o dia 05 (cinco) do trimestre subsequente, relatório de acompanhamento à Secretaria de Estado ou órgão equivalente a

que se vincule, que encaminhará cópia à Coordenação do Sistema de Planejamento até o dia 10 (dez).

§ 4º - A supervisão técnica, de que trata o inciso II deste artigo, consiste no acompanhamento:

I - físico-financeiro, visando a:

a) - verificar os custos e o andamento dos serviços relacionando-os às previsões quando da elaboração do projeto:

b) - alertar, a quem de direito, quanto às alterações necessárias nos projetos e suas influências nos custos previstos; e

c) - opinar sobre a liberação de recursos face ao andamento das obras.

II - técnico, visando a:

a) - verificar a fiel execução do projeto;

b) - alertar quanto à necessidade de alteração do projeto;

c) - verificar o perfeito entrosamento das etapas, de forma que os serviços não sejam prejudicados;

d) - visar o relatório de acompanhamento encaminhando-os ao executor; e

serviços.

Art. 13 - Cópia do Convênio ou Contrato entregue pelo órgão ou entidade convenente ou contratante, juntamente com via do respectivo cronograma físico-financeiro da obra ou serviço:

I - ao executor, para o exercício de suas atribuições;

II - ao agente financeiro do órgão, para fins de acompanhamento da obra e requisição de pagamento;

III - ao agente de planejamento para acompanhamento da programação;

IV - ao Departamento da Despesa, para programação de pagamento;

V - à Coordenação do Sistema de Planejamento, para acompanhamento físico-financeiro; e

VI - ao órgão encarregado da supervisão técnica, para controle.

Parágrafo Único - Para fins de acompanhamento físico, por parte da Coordenação do Sistema de Planejamento, a obrigatoriedade determinada neste artigo incide, inclusive, sobre as obras custeadas com recursos próprios das entidades da Administração Indireta e Fundações.

Art. 14 - O pagamento ou transferências estabelecidas nos ajustes, só serão feitos após o atestado:

I - do executor, quanto à conclusão da etapa; e

II - da Coordenação do Sistema de Planejamento, quanto ao recebimento do relatório de acompanhamento.

Parágrafo Único - O atestado de conclusão de etapas de obras será encaminhado, em 02 (duas) vias, diretamente à Coordenação do Sistema de Planejamento que:

a) - certificará o recebimento da 2a. via do atestado de conclusão de etapas de obras; e

b) - remeterá diretamente ao Departamento da Despesa a 1a. via do atestado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do seu recebimento.

Art. 15 - O inadimplemento de etapas ajustadas, será comunicado, pelo executor, diretamente à Coordenação do Sistema de Planejamento.

Art. 16 - As prestações de conta de recursos de Convênios deverão ser remetidas aos respectivos órgãos controladores, por intermédio da Secretaria do Governo, ouvida a Secretaria de Finanças.

CAPÍTULO IV

DO ACOMPANHAMENTO FÍSICO - FINANCEIRO

Art. 17 - Compete à Coordenação do Sistema de Planejamento o acompanhamento físico-financeiro do Orçamento-Programa do Distrito Federal e a elaboração de relatórios trimestrais da execução pelas Unidades Orçamentárias.

Parágrafo Único - O objetivo do acompanhamento é descrever, analisar e avaliar o comportamento da execução dos Projetos e Atividades do Orçamento do Distrito Federal, dentro das instruções aprovadas pelo Secretário do Governo, bem como obter um fluxo de informações que possibilitem os reajustamentos da execução dos planos setoriais e globais do Governo.

CAPÍTULO V

DOS RECURSOS VINCULADOS

Art. 18 - Os planos de aplicação de recursos vinculados, detalhados por projeto, atividade e natureza de despesa, serão elaborados pelos seguintes órgãos:

I - SECRETARIA DO GOVERNO:

a) - Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios e Fundo de Participação dos Municípios;

b) - Cota-Parte do Imposto Único sobre Minerais do País; e

[illegible] de Apoio ao Desenvolvimento Urba

II - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

a) - Cota-Parte do Salário Educação.

III - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL:

a) - Cota-Parte do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis.

§ 1º - Os planos de aplicação deverão ser remetidos à aprovação do Governador, por intermédio da Secretaria do Governo.

§ 2º - Cópias dos planos de aplicação serão encaminhados à Coordenação do Sistema de Contabilidade, ao Departamento da Despesa e à Unidade Orçamentária responsável pela execução.

§ 3º - Qualquer alteração introduzida nos planos de aplicação será encaminhada aos órgãos mencionados no parágrafo anterior, observado o disposto no parágrafo primeiro.

Art. 19 - Os avisos bancários de créditos relativos aos recursos vinculados serão encaminhados ao Departamento da Despesa, a Coordenação do Sistema de Contabilidade e à Coordenação do Sistema de Planejamento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, pelos seguintes órgãos:

I - Divisão de Programação e Controle da Secretaria de Educação e Cultura;
- Cota-Parte do Salário Educação

II - Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal:
- Cota-Parte do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis.

III - Companhia de Eletricidade de Brasília:
- Cota-Parte do Imposto Único sobre Energia Elétrica.

§ 1º - As despesas bancárias, com a transferência de recursos vinculados, correrão à conta dos respectivos Projetos e/ou Atividades, devendo o Departamento da Despesa informá-las aos órgãos interessados, a fim de que providenciem o empenho.

§ 2º - Quando os recursos financiarem mais de um Projeto e/ou Atividade, as despesas bancárias deverão ser rateadas proporcionalmente.

Art. 20 - As prestações de contas de recursos deverão ser remetidas aos respectivos órgãos controladores, por intermédio da Secretaria do Governo, ouvida a Secretaria de Finanças.

CAPÍTULO VI

DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 21 - Compete aos Secretários de Estado ou autoridades equivalentes proporem ao Governador abertura de créditos adicionais em favor das Unidades Orçamentárias de que são titulares e dos Órgãos Relativamente Autônomos integrantes da estrutura básica das respectivas Secretarias ou do Gabinete do Governador.

Parágrafo Único - No interesse do programa de trabalho, a abertura de créditos adicionais poderá também ser proposta ao Governador pelo Secretário do Governo.

Art. 22 - A solicitação de abertura de crédito adicional, encaminhada à Secretaria do Governo, observadas as instruções referidas no artigo anterior, conterá os seguintes elementos:

I - Justificativa circunstanciada de sua necessidade;

II - Justificativa pormenorizada [illegible] solicitado; e

[illegible] sos [illegible] de reajuste das Cotas Trimestrais em função do crédito solicitado.

§ 1º - Necessária a abertura de crédito adicional e, não havendo possibilidade de indicação de fonte de recursos para financiá-lo, o titular da Unidade interessada diligenciará junto a Secretaria do Governo para obtenção dos recursos.

§ 2º - As dotações consignadas para atendimento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais não poderão ser indicadas como compensação para atender despesas de outra natureza.

§ 3º - Não poderão ser solicitados créditos adicionais para dotações que já tenham sido indicadas como fontes de recursos em pedidos anteriores, salvo para despesa de Pessoal e Encargos Sociais.

Art. 23 - As solicitações para abertura de créditos adicionais, formalizados nos termos dos artigos precedentes, serão submetidas ao Governador após exame e pronunciamento da Secretaria do Governo.

Parágrafo Único - Compete à Secretaria do Governo:

a) - análise do pedido, quanto a sua compatibilização com as diretrizes do Governo;

b) - exame de repercussão do pedido sobre o equilíbrio entre a receita e a despesa prevista para o exercício; e

c) - registros e preparação dos atos a serem submetidos ao Governador.

Art. 24 - A abertura de créditos adicionais financiados com recursos resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias alocadas a órgãos diferentes daquele a que for destinado o crédito, depende de prévia aquiescência dos titulares das Unidades cedentes.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica quando, na forma do parágrafo único, do artigo 66, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, se tratar de redistribuição das parcelas das dotações de pessoal:

a) - de uma para outra Unidade Orçamentária, em consequência da movimentação de pessoal;

b) - do Elemento de Despesa " 3.1.1.0 - Pessoal " para " 3.2.3.0 - Transferência de Assistência e Previdência Social", em decorrência da inatividade de servidores; e

c) - reciprocamente, do Elemento de Despesa "3.1.1.0 - Pessoal" - para "3.2.1.0 - Subvenções Sociais" ou "3.2.2.0 - Subvenções Econômicas", em virtude de movimentação de pessoal entre órgãos e entidades do Conjunto Administrativo do Distrito Federal.

Art. 25 - O ato de abertura de crédito adicional fará referência expressa a:

I - Unidade Orçamentária:

II - Função, Programa, Subprograma, Projeto e/ou Atividade e natureza da despesa alterados; e

III - Cota Trimestral de Despesa.

CAPÍTULO VII

DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDAÇÕES

Art. 26 - As entidades da Administração Indireta e Fundações deverão encaminhar suas propostas de orçamento e de programa de trabalho à aprovação do Governador, por intermédio da Secretaria do Governo e através da Secretaria de Estado a que se vinculem, observadas as instruções baixadas pela primeira.

[illegible] das entidades da Administração [illegible] e Fundações que recebem subvenções e/ou auxílios à conta do Orçamento do Distrito Federal, poderão ser alterados:

I - Por Decreto do Governador:

a) - quando se tratar de utilização de excesso de arrecadação da receita gerada pelo Órgão;

b) - quando, sem acréscimo da receita por anulação total ou parcial de dotações, ocorrer alteração do programa de trabalho;

c) - quando se tratar de utilização de "superavit"financeiro, apurado em Balanço Patrimonial.

II - Por ato próprio do órgão, nos demais casos.

§ 1º - Nos casos previstos nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso I, ressalvada a audiência da Secretaria a que se vinculem as entidades, será ouvida a Secretaria do Governo e no caso da alínea "c", previamente, a Secretaria de Finanças.

§ 2º - As alterações previstas no inciso II deverão ser publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal e comunicadas, imediatamente às Coordenações dos Sistemas de Orçamento , Planejamento e Contabilidade.

Art. 28 - Os relatórios de acompanhamento da execução da programação de trabalho aprovada, em observância às instruções baixadas pelo Secretário do Governo, deverão ser encaminhadas, até o dia 08 (oito) do primeiro mês do trimestre subsequente, à Coordenação do Sistema de Planejamento, por intermédio da Secretaria de Estado a que se vincule.

§ 1º - A liberação de Auxílios às entidades mencionadas neste capítulo ficará condicionada à apresentação do atestado de execução do Programa de Trabalho.

§ 2º - A Coordenação do Sistema de Planejamento comunicará ao Departamento da Despesa o não cumprimento do disposto neste artigo.

CAPÍTULO VIII

DA ADMINISTRAÇÃO DE CRÉDITOS

Art. 29 - São competentes para administrar créditos na qualidade de ordenadores de despesa:

I - os dirigentes das Unidades Orçamentárias;

II - o Coordenador do Sistema de Pessoal, quanto às despesas de Pessoal, de Transferências de Assistência

e Previdência Social e de Contribuições de Previdência;

III - O Diretor do Departamento da Despesa, quanto às Despesas de Exercícios Anteriores e Formação do Patrimonio do Servidor Público.

IV - o Coordenador do Sistema de Material, quanto às Despesas de Material de Consumo, Equipamentos e Instalações e Material Permanente; e

V - o chefe do Gabinete Civil do Governador, quanto às Despesas com Publicações e Divulgações.

§ 1º - Ficam excetuadas do disposto nos incisos II,III e IV deste artigo, as dotações consignadas aos órgãos relativamente autônomos e à Secretaria de Segurança Pública.

§ 2º - O disposto no § 1º deste artigo, com relação aos órgãos relativamente autônomos e à Secretaria de Segurança Pública,não exime a supervisão dos órgãos centrais dos Sistemas de Pessoal e Material.

§ 3º - Da competência para administrar créditos, observadas as disposições legais, decorrem as atribuições de:

I - autorizar a realização da despesa e determinar a emissão de Nota de Empenho;

II - determinar a realização de licitação ou dispensá-la quando for o caso;

III - autorizar a concessão de adiantamento; e

IV - determinar a liquidação da despesa e requisitar seu pagamento.

§ 4º - A dispensa de licitação de que trata o inciso II do parágrafo anterior será efetuada sempre com indicação do nome do favorecido no caso de adiantamentos para compras consideradas de pequeno vulto, fazendo-se, entretanto, referência expressa a cada espécie de despesa.

§ 5º - A autoridade administradora de créditos não poderá autorizar despesas nem adiantamentos em seu favor, salvo nos casos de vencimentos e vantagens e de despesas de viagem.

Art. 30 - Será centralizada a movimentação das dotações orçamentárias abaixo especificadas, nos seguintes órgãos:

I - DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO - SEA

3.1.1.0 - Pessoal

3.2.3.0 - Transferências de Assistência e Previdência Social

3.2.5.0 - Contribuições de Previdência Social

3.2.5.1 - Obrigações das Entidades Públicas

3.2.7.6 - Pessoas

0.1 - Auxílio Doença

0.2 - Auxílio Funeral

0.3 - Indenizações Trabalhistas

II - DIVISÃO DE INATIVOS E DISPONÍVEIS - SEA

3.2.3.0 - Transferências de Assistência e Previdência Social
(Pessoal Inativos e Pensionistas)

3.2.7.6 - Pessoas

0.1 - Auxílio Doença

0.2 - Auxílio Funeral

III - DIVISÃO DE PROGRAMÇÃO E CONTROLE - SEA

3.1.2.0 - Material de Consumo

4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações

4.1.4.0 - Material Permanente

IV - DIVISÃO DE LIQUIDAÇÃO - SEF

3.1.5.0 - Despesas de Exercícios Anteriores

3.2.5.2 - Outras Obrigações das Entidades Públicas

0.2 - Formação do Patrimônio do Servidor Público.

Parágrafo Único - A centralização, de que trata este Artigo, não se aplica, nos casos dos incisos I a IV, aos órgãos relativamente autônomos e à Secretaria de Segurança Pública.

CAPÍTULO IX

DO EMPENHO

Art. 31 - Nenhuma despesa poderá ser realizada sem prévia autorização do ordenador de que trata o Artigo 29.

§ 1º - A autorização de que trata este artigo deverá ser precedida das seguintes informações da Seção de Orçamento e Finanças ou órgão equivalente quanto a:

I - propriedade de imputação da despesa;

II - existência de crédito orçamentário suficiente para atendê-la; e

III - limite da despesa na programação trimestral da unidade.

§ 2º - Serão responsáveis por despesas efetivadas, com inobservância do disposto neste Artigo, as autoridades que lhes derem causa.

§ 3º - O Departamento da Despesa não aceitará nenhuma Nota de Empenho emitida em desacordo com o disposto no presente Artigo.

Art. 32 - Será feito por estimativa o empenho da despesa para a qual não se possa determinar o montante, e global para as despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

Parágrafo Único - A dedução da cota trimestral das despesas empenhadas por estimativa ou empenho global far-se-á por ocasião da requisição do pagamento, observado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 43.

Art. 33 - Para cada empenho será extraído um documento denominado "NOTA DE EMPENHO" (NE) que conterá os seguintes dados:

I - número da NE, seguido dos dois últimos algarismos do ano da emissão;

II - denominação da Unidade Orçamentária;

III - código e denominação da Função, Programa,Subprograma, Projeto ou Atividade;

IV - nome e endereço do credor;

V - número e data do ato de aprovação da Cota Trimestral de Despesa e alterações posteriores;

VI - fonte de recursos;

VII - exercício a que pertence a despesa;

VIII - modalidade e número da licitação ou dispositivo legal em que se baseou a dispensa;

IX - classificação da despesa;

X - espécie de empenho;

XI - saldo anterior, valor da Nota de Empenho e o novo saldo da dotação;

XII - saldo anterior, valor da Nota de Empenho e o novo saldo da Cota Trimestral, salvo os casos previstos no Artigo 32;

XIII - especificação suscinta e precisa da despesa;

XIV - importância por extenso;

XV - declaração datada e assinada pelo servidor responsável, de que a despesa foi deduzida da dotação própria;

XVI - data e assinatura da autoridade emitente;

XVII - quando se tratar de Convênio e Contrato,declaração expressa;

XVIII - quando se tratar de Convênios e recursos vinculados, discriminação da origem dos recursos.

§ 1º - É vedada a emissão de Nota de Empenho à conta de mais de um Projeto e/ou Atividade.

§ 2º - A emissão da Nota de Empenho será precedida de licitação, salvo se houver sido autorizada a sua dispensa,mediante ato expresso, nos termos da legislação em vigor.

§ 3º - Fica dispensada de licitação e do respectivo ato formal de dispensa a realização das seguintes despesas:

I - bancárias;

II - com serviços públicos (água, luz, telefone, telegrama e outros);

III - de registro em cartório, custas e sentenças judiciais e honorários;

IV - miúdas, de pronto pagamento;

V - de natureza acessória da despesa considerada principal, desde que exigidas por disposição legal;

VI - de Convênio com entidades públicas;

VII - com seguro de qualquer natureza;

VIII - com aquisição de passagens;

IX - com aquisição de material e objetos em leilões públicos; e

X - de caráter secreto ou reservado.

Art. 34 - As Notas de Empenho serão emitidas, no mínimo, em 06 (seis) vias, que terão a seguinte destinação:

I - a primeira será entregue ao credor diretamente, mediante recibo no verso da sexta via, ou a ele remetida por ofício do órgão emissor, salvo quando a Nota de Empenho for global ou por estimativa, caso em que será observado o disposto no artigo 35;

II - a segunda será entregue diretamente ao protocolo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da emissão;

III - a terceira será entregue à Divisão de Contabilidade da Coordenação do Sistema de Contabilidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV - a quarta será entregue à Divisão de Liquidação, do Departamento da Despesa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

V - a quinta será entregue à Coordenação do Sistema de Orçamento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas; e

VI - a sexta ficará arquivada no órgão emissor.

Parágrafo Único - Nos casos de dotações cuja movimentação seja centralizada, será extraída uma sétima via da Nota de Empenho para remessa à Seção de Orçamento e Finanças ou órgão equivalente da Unidade Orçamentária correspondente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 35 - A primeira via da Nota de Empenho Global ou por Estimativa ficará arquivada na repartição emissora para anotações e deduções, no verso, de cada parcela de pagamento, até seu limite ou dedução de todas as despesas e será anexada à última solicitação de pagamento.

Parágrafo Único - A emissão da Nota de Empenho Global ou por Estimativa será comunicada ao credor por ofício.

Art. 36 - As requisições de material, prestação de serviços ou execução de obras, à conta de Nota de Empenho Global ou por Estimativa, só poderão ser feitas, observada a suficiência de saldo para atendê-las.

Art. 37 - Toda anulação de despesa reverterá ao crédito correspondente, se ocorrida no exercício, ficando os órgãos movimentadores de dotações obrigados a emitir a Nota de Anulação de Empenho, em 06 (seis) vias, que terão o mesmo destino das Notas de Empenho, observados os prazos seguintes:

I - no prazo de 05 (cinco) dias, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal;

II - no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

a) - à Divisão de Contabilidade da Secretaria de Finanças;

b) - à Divisão de Liquidação da Secretaria de Finanças;

c) - à Coordenação do Sistema de Orçamento da Secretaria do Governo;

d) - à Seção de Orçamento e Finanças ou órgão equivalente da Unidade Orçamentária respectiva, quando for o caso.

§ 1º - No caso de anulação de Nota de Empenho, a autoridade competente deverá justificá-la.

§ 2º - O procedimento previsto neste artigo aplica-se, também, aos casos de retificação, mesmo que não implique em reversão de despesa.

§ 3º - O valor da anulação, de que trata este artigo, reverterá, ainda à cota trimestral vigente.

Art. 38 - Os compromissos com vigência plurianual serão atendidos por crédito próprio consignado no Orçamento, devendo a despesa ser empenhada no início do exercício financeiro.

Art. 39 - É vedada a emissão de Nota de Empenho posterior a 10 (dez) de dezembro, exceto para as despesas com Pessoal e Encargos Sociais e as expressamente autorizadas pelo Governador.

Art. 40 - Poderão ser pagas por dotação para " Despesas de Exercícios Anteriores ", constantes dos quadros discriminativos de despesas das Unidades Orçamentárias, as dívidas de exercícios encerrados, devidamente reconhecidas pelas autoridades competentes.

§ 1º - As dívidas de que trata o presente artigo compreendem as seguintes categorias:

I - despesas de "Restos a Pagar", com prescrição interrompida, desde que o crédito respectivo tenha sido convertido em renda;

II - compromissos que decorram de obrigação legal ou independam de ato da administração para sua realização, ainda que não tenha sido prevista a dotação orçamentária própria ou não tenha este deixado saldo no exercício respectivo.

§ 2º - São competentes para reconhecer dívidas de exercícios anteriores:

I - o Secretário de Finanças nos casos do inciso I, do parágrafo anterior; e

II - os Titulares das Unidades Orçamentárias nos casos do inciso II, do parágrafo anterior para as despesas das respectivas Unidades.

CAPÍTULO X

DA LIQUIDAÇÃO

Art. 41 - A orientação normativa, a supervisão técnica e o controle da liquidação da despesa serão exercidas pela Secretaria de Finanças, através do seu órgão próprio.

§ 1º - Os processos e quaisquer outros documentos originários de despesas serão encaminhados à Divisão de Liquidação imediatamente após a sua formalização.

§ 2º - Ficam excetuados do disposto no parágrafo anterior os Órgãos Relativamente Autônomos e a Secretaria de Segurança Pública.

Art. 42 - A unidade administradora de crédito processará a liquidação da despesa que tenha sido ordenada por seu titular, tomando por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, verificando o direito adquirido pelo credor, a fim de se apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar e a quem se deve pagar, para extinguir a obrigação.

Art. 43 - Após o fornecimento do material, prestação do serviço ou execução da obra, os credores apresentarão ao órgão emissor da Nota de Empenho, independente de requerimento, para processamento da liquidação da despesa, as contas respectivas acompanhadas da primeira via da Nota de Empenho, exceto nos casos de Empenho Global ou por Estimativa.

§ 1º - Na hipótese de Nota de Empenho Global ou por Estimativa, as requisições de pagamento indicarão o número desta, a Função, o Programa, o Subprograma, o Projeto ou Atividade e o saldo anterior, o valor do pagamento e o novo saldo da Nota de Empenho e da Cota Trimestral.

§ 2º - Uma via da requisição de pagamento, de que trata o parágrafo anterior, deverá ser remetida à Divisão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária, da Coordenação do Sistema de Orçamento.

§ 3º - Os abatimentos de preços, voluntários ou concedidos em virtude de Lei ou de Contrato, devem ser demonstrados nas contas.

§ 4º - Sempre que o credor apresentar fatura, esta deverá ser acompanhada da documentação fiscal correspondente.

§ 5º - As declarações de recebimento de material, prestação de serviço ou execução de obras deverão constar do campo próprio da primeira via da Nota de Empenho e na primeira via da documentação fiscal correspondente.

§ 6º - No caso de Nota de Empenho Global ou por estimativa, a declaração na primeira via será feita quando da solicitação de pagamento da última parcela devida.

§ 7º - Quando se tratar de pagamento de obras, observar-se-á o disposto no parágrafo único do artigo 14.

Art. 44 - A liquidação da despesa por fornecimento feito ou serviços prestados terá por base as condições estabelecidas na citação ou ato de sua dispensa, cláusulas contratuais, ajuste ou acordo respectivo e nos comprovantes da efetiva entrega e recebimento do material, da prestação do serviço ou da execução da obra.

Parágrafo Único - Para a liquidação da despesa é indispensável constar do processo:

I - a primeira via da Nota de Empenho, ou referência expressa ao seu número, nos casos de empenho global ou por estimativa;

II - atestado, no campo próprio da primeira via da Nota de Empenho, e no documento fiscal, pelo agente credenciado, do recebimento do material, da prestação do serviço ou execução da obra, salvo nos casos previstos no parágrafo 6º do artigo 43 e no parágrafo 1º do artigo 51;

III - no caso da Nota de Empenho global ou por estimativa, declaração de que foi deduzido do saldo da Nota de Empenho e dos valores para aplicação no trimestre;

IV - nome, por extenso (em carimbo ou letra de forma), número de matrícula e cargo ou função, sob as assinaturas dos servidores que o instruírem;

V - nos casos de despesa com fornecimento da passagem a servidor, cópia ou publicação do ato autorizativo da viagem, salvo nos casos previstos na legislação em vigor e quando se tratar de convidado, indicação expressa do fato;

VI - informação do órgão próprio de que o fornecedor ou contratante de serviço ou obra não é devedor da Fazenda Pública do Distrito Federal.

Art. 45 - Após cumprido o disposto no artigo anterior será requisitado o pagamento, encaminhando-se o processo à Divisão de Liquidação.

Parágrafo Único - Quando se tratar de despesa com aquisição de bem móvel e imóvel, o processo tramitará pela Divisão de Contabilidade da Secretaria de Finanças, para fins de incorporação ao acervo patrimonial do Distrito Federal.

Art. 46 - A remessa de processos liquidados à Divisão de Liquidação do Departamento da Despesa, para efeito de supervisão e preparo de pagamento, dar-se-á somente até o dia 15 (quinze) de dezembro de cada exercício.

Art. 47 - Compete à Divisão de Liquidação fiscalizar e apurar o cumprimento do disposto neste Capítulo, sem prejuízo de outros preceitos legais vigentes.

Art. 48 - O órgão emitente de Ordem de Pagamento deverá mencionar na mesma, em destaque, o Projeto ou Atividade constante da Nota de Empenho ou documento equivalente.

CAPÍTULO XI

DO PAGAMENTO

Art. 49 - O pagamento da despesa somente será ordenado após sua regular liquidação.

Art. 50 - Efetuado o pagamento, o órgão pagador enviará, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o respectivo processo ao órgão de Contabilidade e cópia da Ordem de Pagamento à Coordenação do Sistema de Orçamento.

Art. 51 - Não é permitido efetuar pagamento antecipado da despesa.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica às despesas:

a) - com assinatura de jornais, periódicos e outras publicações;

b) - quando a peculiaridade da transação exigir pagamento antecipado, adotadas as devidas cautelas, sob a responsabilidade do ordenador da despesa.

§ 2º - Nos casos previstos no parágrafo 1º, a despesa será debitada em conta nominativa do credor e a baixa somente se fará após a comprovação da regular efetivação da entrega do material, prestação do serviço ou execução da obra.

Art. 52 - Os pagamentos devidos pelo Distrito Federal em virtude de sentenças judiciais, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta do crédito respectivo, atendido o disposto na Constituição da República.

Art. 53 - Exceto nos casos previstos em Lei, os órgãos da Administração Direta, as Entidades da Administração Indireta e as Fundações utilizarão, exclusivamente os serviços do Banco Regional de Brasília S.A.

Parágrafo Único - Mediante proposição fundamentada do órgão interessado poderá ser autorizado, pelo Secretário de Finanças, em caráter excepcional, o aproveitamento de serviços e a manutenção ou abertura de contas em outras instituições financeiras.

Art. 54 - Os Órgãos Relativamente Autônomos, a Secretaria de Segurança Pública, as Entidades da Administração Indireta e as Fundações, encaminharão ao Departamento da Despesa, demonstrativo de sua disponibilidade diária.

CAPÍTULO XII

DOS ADIANTAMENTOS

Art. 55 - A concessão, a aplicação e a comprovação de adiantamento a servidores observarão o disposto neste Capítulo e em normas baixadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parágrafo Único - Somente serão requisitados adiantamentos em nome de servidores dos Quadros de Pessoal do Distrito Federal e das Tabelas de Emprego dos Órgãos Relativamente Autônomos e Entidades da Administração Indireta e Fundações.

Art. 56 - Os adiantamentos serão autorizados pelos Ordenadores de Despesa, em cada caso, até o limite de 20 (vinte) vezes o valor de referência, vigente, e somente para atender a despesas:

I - miúdas, de pronto pagamento, entendidas como tais as que devam ser efetuadas para atender a necessidades inadiáveis do serviço, inclusive aquisição de material de consumo, ainda que exista dotação específica e desde que não exceda em cada espécie de despesa, a 1/5 (hum quinto) do valor de referência vigente;

II - com viagem de servidores;

III - com aquisição de materiais e objetos em leilões públicos;

IV - de custas e sentenças judiciais;

V - de caráter secreto ou reservado, com diligências policiais e judiciais ou com sindicância administrativa ou fiscais;

VI - de mordomia; e

VII - com alimentação de servidores.

§ 1º - Fora dos casos indicados nos incisos deste artigo e além do limite nele estabelecido, somente será utilizado o regime de adiantamento, em caráter excepcional, quando as circunstâncias não permitirem o processamento normal de aquisição ou o pagamento da despesa não puder ser atendido pela via bancária ou estação pagadora.

§ 2º - Dependerá de autorização prévia do Governador a concessão de adiantamentos nos casos previstos no parágrafo anterior.

§ 3º - O adiantamento concedido para determinado fim não poderá ter aplicação diferente da indicada na respectiva requisição.

§ 4º - As despesas acessórias e indispensáveis à aplicação do adiantamento correrão também, por conta deste.

§ 5º - Um único adiantamento, observado o disposto no parágrafo 1º do Artigo 33, poderá se destinar ao pagamento de despesas à conta de diversos Projetos e/ou Atividades e/ou Elemento de Despesa.

Art. 57 - O adiantamento será requisitado pelo dirigente do órgão de lotação do servidor responsável por sua aplicação e diretamente subordinado ao titular da Unidade Orçamentária e, da requisição, deverá constar:

a) - exercício a que pertence a despesa;

b) - nome, matrícula, cargo ou função do responsável e repartição onde trabalha;

c) - prazo de aplicação;

d) - dispositivo legal em que se baseia;

e) - classificação da despesa;

f) - indicação do fim a que se destina o adiantamento;

g) - importância a adiantar, em algarismo e por extenso; e

h) - justificativa do pedido.

Art. 58 - A concessão de adiantamento está sujeita às normas de empenho, liquidação e pagamento e, sua aplicação, às normas de licitação.

Art. 59 - Os adiantamentos serão depositados em conta especial, em agência do Banco Regional de Brasília S.A., com indicação do nome, matrícula, cargo ou função do responsável, salvo nos casos previstos nos incisos I, II e IV, do artigo 56, em que o quantitativo poderá ser entregue ao servidor.

Parágrafo Único - Os pagamentos das despesas serão feitos por meio de cheques nominativos ou ordens bancárias, com exceção da hipótese ressalvada no "caput" deste Artigo.

Art. 60 - O adiantamento só poderá atender a pagamentos de serviços ou fornecimentos realizados a partir da data de seu recebimento dentro do prazo indicado para sua aplicação.

§ 1º - Poderá ser concedido reforço de adiantamento, observado o disposto no Artigo 57, por solicitação do responsável, devidamente justificada, à autoridade requisitante.

§ 2º - O reforço de adiantamento, feito mediante novo empenho, será autorizado pela mesma autoridade que o concedeu e obedecerá o disposto nos Artigos 58 e 59.

Art. 61 - Os responsáveis por adiantamento comprovarão sua aplicação de acordo com o disposto neste Capítulo e em normas baixadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

§ 1º - As chefias das Seções de Orçamento e Finanças ou órgão equivalente ficam obrigadas a:

I - orientar os responsáveis por adiantamentos na organização dos respectivos processos de comprovação;

II - verificar se os recibos, comprovantes e demais documentos estão em perfeita ordem, declarando-os em despacho, no próprio processo; e

III - encaminhar à Divisão de Tomada de Contas a comprovação do adiantamento, devidamente informada, dentro de 05 (cinco) dias de sua apresentação.

§ 2º - Os abatimentos de preço concedidos observarão o estabelecido no parágrafo 3º, do artigo 43, devendo a despesa ser incluída na comprovação, pelo valor líquido.

§ 3º - O responsável pela aplicação de adiantamento não poderá pagar a si mesmo, salvo nos casos de despesa de viagem.

§ 4º - Os recibos e/ou documentos fiscais deverão ser emitidos pelo credor, em nome do responsável pela aplicação do adiantamento e do Distrito Federal.

§ 5º - Quando o recibo for passado a rogo, deverá constar dele a identidade do rogador, do signatário e de duas testemunhas.

§ 6º - Quando se tratar de comprovação de adiantamento para despesas de viagem deverá constar, dos documentos comprobatórios da despesa, o visto da autoridade requisitante e, no demonstrativo, a atestação pelo chefe imediato, da realização da viagem com indicação da data de início e término da mesma.

§ 7º - Os documentos de despesa de adiantamentos serão anexados à comprovação, em original.

§ 8º - Não poderá ser juntada nenhuma fatura de fornecimento à comprovação, sem ser acompanhada de documento fiscal correspondente.

Art. 62 - A comprovação de adiantamento de despesa de caráter secreto ou reservado será prestada diretamente ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Art. 63 - Os processos relativos a concessão de adiantamentos, serão encaminhados, no prazo de 05 (cinco) dias após a entrega, à Divisão de Tomada de Contas da Coordenação do Sistema de Contabilidade.

Art. 64 - A comprovação dos adiantamentos será encaminhada à Divisão de Tomada de Contas da Coordenação do Sistema de Contabilidade para exame de sua regularidade:

I - no prazo de 15 (quinze) dias, pelos órgãos de relativa autonomia e Secretaria de Segurança Pública; e

II - no prazo de 05 (cinco) dias, nos demais casos.

CAPÍTULO XIII

DOS RESTOS A PAGAR

Art. 65 - Deverão ser encaminhados à Divisão de Contabilidade da Coordenação do Sistema de Contabilidade, improrrogavelmente, até o dia 05 (cinco) de janeiro de cada exercício, pelos órgãos Relativamente Autônomos e pela Secretaria de Segurança Pública, relação das despesas a serem inscritas em "Restos a Pagar" distinguindo-se as processadas das não processadas.

§ 1º - Das relações deverão constar:

I - denominação da Unidade Orçamentária;

II - denominação do órgão emissor da Nota de Empenho;

III - número de ordem das Notas de Empenho que deverão ser relacionadas em ordem crescente de numeração por natureza de despesa e o valor das mesmas; e

IV - nome do credor.

§ 2º - Quando se tratar de Nota de Empenho Global ou por Estimativa, além do valor da Nota de Empenho, deverá ser indicado o montante aplicado, o saldo a ser inscrito em "Restos a Pagar" e o valor a ser revertido, observando-se, neste caso, o disposto no Artigo 37.

§ 3º - Os demais órgãos movimentadores de dotação deverão encaminhar, no mesmo prazo, relação das Notas de Empenho Globais ou por Estimativa, com os elementos indicados nos Parágrafos 1º e 2º deste Artigo.

Art. 66 - Os órgãos movimentadores de dotação elaborarão cronograma de pagamento das despesas inscritas em "Restos a Pagar",

observando para as relativas a fornecimento de material e prestação de serviços, os prazos dos compromissos assumidos e, para as relativas a execução de obras, os prazos dos cronogramas físico-financeiros.

§ 1º - Os cronogramas previstos no "caput" deste artigo serão enviados, até o dia 15 (quinze) de janeiro de cada exercício:

I - ao Departamento da Despesa - para elaboração do cronograma geral; e

II - à Coordenação do Sistema de Planejamento - para acompanhamento.

§ 2º - As Entidades da Administração Indireta e Fundações que tenham recursos diferidos enviarão, até o dia 10 (dez) de janeiro de cada exercício, à unidade Orçamentária a que se vinculem, para inclusão no cronograma desta:

I - relação das despesas levadas à conta de "Restos a Pagar" distinguindo as processadas das não processadas;

II - cronograma de pagamento, observados os mesmos critérios do "caput" deste Artigo, distinguindo as despesas a serem pagas com recursos próprios.

§ 3º - Cópias da relação e do cronograma indicados nos parágrafos anteriores, deverão ser enviadas, pelos órgãos movimentadores de dotação, ao Departamento da Despesa e à Coordenação do Sistema de Planejamento, juntamente com o respectivo cronograma.

Art. 67 - A liquidação e o pagamento das despesas inscritas em "Restos a Pagar" serão processados independentemente de requerimento do credor.

CAPÍTULO XIV

DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS

Art. 68 - As seções e órgãos equivalentes dos Sistemas de Orçamento e Contabilidade do Distrito Federal deverão:

I - manter atualizado, por Projeto, Atividade e natureza de despesa, o controle dos saldos dos créditos orçamentários consignados à Unidade Orçamentária a que estiverem subordinadas;

II - remeter, até o dia 05 (cinco) de cada mês:

a) - às Coordenações dos Sistemas de Orçamento, Contabilidade e ao Departamento da Despesa, quadro discriminativo da execução orçamentária, por natureza de despesa;

b) - à Coordenação do Sistema de Orçamento, quadro demonstrativo dos gastos de Pessoal; e

c) - ao Departamento da Despesa e à Coordenação do Sistema de Orçamento, quadro dos gastos efetivos ocorridos ao mês anterior, com as despesas de pessoal.

III - manter registro por subelementos, item, e subitem, dos créditos consignados a cada Projeto ou Atividade.

Art. 69 - Os órgãos responsáveis pela execução dos Projetos e/ou Atividades deverão:

I - manter acompanhamento físico-financeiro atualizado de cada Projeto e/ou Atividade sob sua responsabilidade;

II - solicitar, através de formulários próprios, sempre que necessário, a aquisição de material ou contratação de obras ou serviços para esse fim.

Art. 70 - A Coordenação do Sistema de Orçamento e o Departamento da Despesa manterão controle, através das Notas de Empenho ou documentos equivalentes e de balancetes, do registro das despesas empenhadas em cada Unidade Orçamentária, por Função, Programa, Projeto e/ou Atividade e natureza de despesa.

Art. 71 - Compete à Divisão de Arrecadação do Departamento da Receita:

I - manter atualizada a escrituração da receita arrecadada;

II - elaborar e remeter ao Departamento da Despesa e às Coordenações dos Sistemas de Orçamento e Planejamento, até o dia 10 (dez) de cada mês, demonstrativo da receita arrecadada no mês anterior, com discriminação por fonte de receita; e

III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, à Coordenação do Sistema de Contabilidade, os mapas discriminativos da arrecadação diária e os comprovantes de depósitos.

Art. 72 - Compete à Divisão de Contabilidade da Coordenação do Sistema de Contabilidade:

I - manter atualizada a contabilização em todos os seus estágios, do Orçamento do Distrito Federal, de acordo com as tabelas explicativas e com os créditos adicionais compreendidos na execução orçamentária;

II - elaborar, até o dia 15 (quinze) de cada mês, por Unidade Orçamentária, por Função, Programa, Subprograma, Projeto e/ou Atividade e natureza da despesa, demonstrativo da despesa empenhada e paga no mês anterior, remetendo cópias às Coordenações dos Sistemas de Orçamento e Planejamento e às Unidades Orçamentárias.

Art. 73 - As Divisões de Cadastro Financeiro e de Inativos e Disponíveis da Secretaria de Administração, os órgãos relativamente autônomos e a Secretaria de Segurança Pública remeterão, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante protocolo em livro, cópia do Quadro Resumo de Despesa das folhas de pagamento por Unidade Orçamentária, do qual deverá constar por atividade, natureza de despesa, o saldo anterior, o valor da despesa e o novo saldo, aos seguintes órgãos:

I - às Seções de Orçamento e Finanças ou órgãos equivalentes;

II - às Divisões de Liquidação e de Contabilidade da Secretaria de Finanças;

III - às Coordenações de Orçamento e de Planejamento da Secretaria do Governo; e

IV - à Inspetoria Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Art. 74 - As Entidades da Administração Indireta e as Fundações remeterão:

a) ao Departamento da Despesa quadro resumo da folha de pagamento de pessoal, sendo vedada a liberação de recursos sem a entrega deste documento;

b) até o dia 05 (cinco) do mês subseqüente, ao Departamento da Despesa, demonstrativo dos gastos efetivos ocorridos no mês anterior com as despesas de pessoal (QDP);

c) até o dia 10 (dez) subseqüente, à Coordenação do Sistema de Contabilidade, aos Departamentos de Auditoria e da Despesa e às Coordenações dos Sistemas de Planejamento e Orçamento, relatórios e balancetes mensais que permitam acompanhar a execução dos respectivos orçamentos-programas.

Art. 75 - Os Órgãos Relativamente Autônomos e a Secretaria de Segurança Pública ficam obrigados a:

I - apresentar até o dia 05 (cinco) de cada mês, à Divisão de Contabilidade, ao Departamento de Auditoria, às Coordenações dos Sistemas de Orçamento e Planejamento e ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, balancete e demonstrativo da despesa do mês anterior, segundo modelos instituídos pelo órgão central do Sistema de Contabilidade;

II - encaminhar à Divisão de Contabilidade da Secretaria de Finanças:

a) - uma via das Notas de Recebimento de material de consumo, equipamentos e instalações e material permanente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

b) - demonstrativo das saídas do Almoxarifado, relativas a material de consumo, equipamentos e instalações e material permanente, até o dia 05 (cinco) de cada mês;

c) - comunicação de baixa de bens móveis, até o dia 05 (cinco) de cada mês;

d) - demonstrativo, ao final do exercício, da movimentação de material de consumo em que conste o saldo do exercício, anterior, as entradas e saídas do ano, resíduo de preço médio e o saldo para o exercício seguinte, até o dia 10 (dez) de janeiro do exercício subseqüente;

e) - demonstrativo, ao final do exercício, das aquisições e baixas dos bens móveis, em que conste o inventário do ano anterior, as aquisições e baixas do exercício e o saldo para o exercício seguinte, até o dia 10 (dez) de janeiro do exercício.

III - encaminhar à Divisão de Tomada de Contas da Secretaria de Finanças, até o dia 05 (cinco) de cada mês a conciliação mensal das contas bancárias, acompanhadas de declaração de saldos, fornecidas pelo estabelecimento bancário.

Art. 76 - Para efeito de Tomada de Contas as Seções de Pessoal das Unidades Orçamentárias, encaminharão à Divisão de Tomada de Contas da Secretaria de Finanças, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada exercício, relação dos responsáveis por bens, valores e dinheiros públicos, contendo os seguintes dados: nome, matrícula, cargo, data de nomeação e posse.

Parágrafo Único - A relação a que se refere o presente Artigo será atualizada no final de cada trimestre.

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 77 - As dotações consignadas a Serviços em Regime de Programação Especial serão detalhadas a nível de natureza de despesa, de acordo com a Lei de Orçamento, por Decreto do Governador.

Art. 78 - Os casos omissos serão resolvidos pelos órgãos específicos das Secretarias do Governo e de Finanças ou mediante Portaria conjunta dos seus titulares.

Art. 79 - No que lhe for aplicável, o Tribunal de Contas do Distrito Federal, a seu juízo, poderá adotar disposições destas normas.

Art. 80 - O presente Decreto integra o Livro IV da Consolidação das Normas de Organização Administrativa do Distrito Federal, nos termos do Artigo 5º do Decreto Nº 1.891, de 21 de dezembro de 1971.

Art. 81 - Este Decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 1.978, revogado o Decreto Nº 3.537, de 30 de dezembro de 1.976, e demais disposições em contrário.

Distrito Federal, 30 de dezembro de 1977
89º da República e 18º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 4.016 DE 29 DE dezembro DE 1977

Aprova as Cotas Trimestrais de Despesa das Unidades Orçamentárias relativas ao exercício de 1 978.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 50 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1 964, combinado com o Artigo 4º do Decreto nº 4.015 de 29 de dezembro de 1 977,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam aprovadas, na forma dos quadros anexos, as Cotas Trimestrais de Despesa que cada Unidade Orçamentária está autorizada a utilizar no exercício de 1 978.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 29 de dezembro de 1 977
89º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
0.100	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	8.333.000	12.700.000	12.750.000	9.328.000	43.111.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	7.200.000	9.300.000	9.300.000	7.908.000	33.708.000
	- Outras Despesas	1.133.000	3.400.000	3.450.000	1.420.000	9.403.000
1.101	GABINETE DO GOVERNADOR	9.973.000	11.514.000	8.144.000	-	29.631.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	5.773.000	8.164.000	8.094.000	-	22.031.000
	- Outras Despesas	4.200.000	3.350.000	50.000	-	7.600.000
1.102	DEPARTAMENTO DE TURISMO	9.089.000	7.040.000	2.160.500	868.500	19.158.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.520.000	4.161.000	493.000	15.000	7.189.000
	- Outras Despesas	6.569.000	2.879.000	1.667.500	853.500	11.969.000
1.103	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO	2.523.000	3.373.000	3.242.000	3.523.000	12.661.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.600.000	2.100.000	2.100.000	2.243.000	8.043.000
	- Outras Despesas	923.000	1.273.000	1.142.000	1.280.000	4.618.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.104	ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS DE BRASÍLIA	1.500.000	2.150.000	2.150.000	1.318.000	7.118.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	500.000	650.000	650.000	687.000	2.487.000
	- Outras Despesas	1.000.000	1.500.000	1.500.000	631.000	4.631.000
1.105	CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL	850.000	1.165.000	1.165.000	801.000	3.981.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	550.000	715.000	715.000	272.000	2.252.000
	- Outras Despesas	300.000	450.000	450.000	529.000	1.729.000
1.200	PROCURADORIA GERAL	8.300.000	10.300.000	9.500.000	4.643.000	32.743.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	6.000.000	7.800.000	7.800.000	3.568.000	25.168.000
	- Outras Despesas	2.300.000	2.500.000	1.700.000	1.075.000	7.575.000
1.301	SECRETARIA DO GOVERNO	32.310.000	54.760.000	53.949.000	56.561.000	197.580.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	5.400.000	7.100.000	7.100.000	4.882.000	24.482.000
	- Outras Despesas	19.000.000	40.000.000	44.000.000	51.179.000	154.179.000
	COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	4.910.000	4.660.000	849.000	-	10.419.000
	- Outras Despesas	3.000.000	3.000.000	2.000.000	500.000	8.500.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

-Fls.3-

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.303	ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE	2.605.500	5.016.000	5.266.500	2.160.000	15.048.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.900.000	2.500.000	2.500.000	391.000	7.291.000
	- Outras Despesas	705.500	2.516.000	2.766.500	1.769.000	7.757.000
1.304	REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA	8.100.000	10.000.000	9.140.000	5.175.000	32.415.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	3.100.000	4.000.000	4.000.000	2.785.000	13.885.000
	- Outras Despesas	5.000.000	6.000.000	5.140.000	2.390.000	18.530.000
1.305	REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA	14.000.000	18.500.000	14.500.000	12.366.000	59.366.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	5.000.000	6.500.000	6.500.000	4.528.000	22.528.000
	- Outras Despesas	9.000.000	12.000.000	8.000.000	7.838.000	36.838.000
1.306	REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA	3.100.000	3.880.000	4.080.000	3.006.000	14.066.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.600.000	2.080.000	2.080.000	1.508.000	7.268.000
	- Outras Despesas	1.500.000	1.800.000	2.000.000	1.498.000	6.798.000
1.307	REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO	3.500.000	6.880.000	7.380.000	4.186.000	21.946.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.600.000	3.380.000	3.380.000	2.076.000	11.436.000
	- Outras Despesas	900.000	3.500.000	4.000.000	2.110.000	10.510.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.308	REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA	2.200.000	4.450.000	3.950.000	4.034.000	14.634.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.500.000	1.950.000	1.950.000	2.641.000	8.041.000
	- Outras Despesas	700.000	2.500.000	2.000.000	1.393.000	6.593.000
1.309	ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	4.500.000	5.600.000	5.600.000	4.045.000	19.745.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.000.000	2.600.000	2.600.000	2.646.000	9.846.000
	- Outras Despesas	2.500.000	3.000.000	3.000.000	1.399.000	9.899.000
1.401	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	55.841.000	61.461.000	56.183.000	46.193.000	219.678.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	34.000.000	45.160.000	40.136.000	28.000.000	147.296.000
	- Outras Despesas	21.841.000	16.301.000	16.047.000	18.193.000	72.382.000
1.402	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	3.700.000	5.510.000	5.522.000	4.362.000	19.094.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.700.000	3.510.000	3.510.000	2.782.000	12.502.000
	- Outras Despesas	1.000.000	2.000.000	2.012.000	1.580.000	6.592.000
1.500	SECRETARIA DE FINANÇAS	100.382.000	124.642.000	188.389.300	256.439.700	669.853.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	33.750.000	42.527.000	40.208.000	8.320.000	124.805.000
	- Outras Despesas	66.632.000	82.115.000	148.181.300	248.119.700	545.048.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.601	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	235.758.000	312.090.000	276.497.000	116.415.000	940.760.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	8.400.000	10.920.000	9.284.000	-	28.604.000
	- Outras Despesas	13.204.000	12.328.000	15.698.000	20.560.000	61.790.000
	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	205.000.000	267.380.000	230.888.000	72.576.000	775.844.000
	- Outras Despesas	5.128.000	14.950.000	15.175.000	19.557.000	54.810.000
	FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.566.000	2.572.000	2.572.000	2.572.000	10.282.000
	- Outras Despesas	1.460.000	3.940.000	2.880.000	1.150.000	9.430.000
1.701	SECRETARIA DE SAÚDE	185.880.000	188.197.333	189.733.000	122.066.667	685.877.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	9.500.000	12.400.000	12.400.000	10.645.000	44.945.000
	- Outras Despesas	1.500.000	5.114.000	5.500.000	8.993.000	21.107.000
	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	140.000.000	165.000.000	165.000.000	97.525.000	567.525.000
	- Outras Despesas	34.880.000	4.250.000	5.400.000	3.470.000	48.000.000
	INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	-	1.433.333	1.433.000	1.433.667	4.300.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.801	SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS	16.158.000	21.500.000	18.792.000	18.911.000	75.361.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.858.000	3.300.000	3.300.000	3.500.000	12.958.000
	- Outras Despesas	800.000	2.000.000	2.000.000	1.166.000	5.966.000
	FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	7.500.000	11.200.000	10.100.000	11.000.000	39.800.000
	- Outras Despesas	5.000.000	5.000.000	3.392.000	3.245.000	16.637.000
1.901	SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	66.878.800	87.648.967	34.837.000	38.987.233	228.352.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	10.500.000	13.650.000	12.650.000	11.537.000	48.337.000
	- Outras Despesas	9.000.000	36.000.000	20.000.000	24.900.000	89.900.000
	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	23.216.033	11.783.967	-	-	35.000.000
	- Outras Despesas	10.000.000	8.300.000	-	-	18.300.000
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	5.000.000	9.164.000	-	-	14.164.000
	- Outras Despesas	9.162.767	8.751.000	2.187.000	2.550.233	22.651.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
2.001	SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	16.000.000	22.800.000	18.200.000	22.713.000	79.713.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	6.000.000	7.800.000	7.800.000	8.365.000	29.965.000
	- Outras Despesas	10.000.000	15.000.000	10.400.000	14.348.000	49.748.000
2.003	ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA	2.700.000	4.200.000	4.200.000	3.179.000	14.279.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.700.000	2.200.000	2.200.000	1.852.000	7.952.000
	- Outras Despesas	1.000.000	2.000.000	2.000.000	1.327.000	6.327.000
2.004	SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA	38.000.000	25.500.000	25.100.000	19.903.000	108.503.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	11.000.000	14.300.000	14.300.000	12.529.000	52.129.000
	- Outras Despesas	27.000.000	11.200.000	10.800.000	7.374.000	56.374.000
2.101	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO	20.700.000	25.900.000	23.371.000	12.414.000	82.385.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.200.000	2.900.000	2.900.000	3.064.000	11.064.000
	- Outras Despesas	1.000.000	1.000.000	500.000	-	2.500.000
	FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	15.000.000	17.000.000	16.421.000	-	48.421.000
	- Outras Despesas	2.500.000	5.000.000	3.550.000	4.250.000	15.300.000
	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A					
	- Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	100.000	100.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

-Fls. 8-

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE CR$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	3.200.000	3.200.000
	- Outras Despesas	-	-	-	1.800.000	1.800.000
2.201	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	58.775.000	64.790.000	50.625.000	22.719.000	196.909.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	38.775.000	45.845.000	35.860.000	12.359.000	132.839.000
	- Outras Despesas	10.000.000	5.245.000	4.545.000	6.990.000	26.780.000
	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	6.000.000	8.000.000	4.820.000	-	18.820.000
	- Outras Despesas	4.000.000	5.700.000	5.400.000	3.370.000	18.470.000
2.203	POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	53.500.000	70.500.000	60.000.000	42.931.000	226.931.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	50.000.000	65.000.000	55.000.000	36.841.000	206.841.000
	- Outras Despesas	3.500.000	5.500.000	5.000.000	6.090.000	20.090.000
2.204	CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	36.000.000	49.000.000	42.000.000	16.447.000	143.447.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	30.000.000	39.000.000	34.000.000	8.651.000	111.651.000
	- Outras Despesas	6.000.000	10.000.000	8.000.000	7.796.000	31.796.000
	TOTAL GERAL	1.001.156.300	1.221.067.300	1.136.426.300	855.695.100	4.214.345.000

DECRETO N.o 4.017 DE 29 DE dezembro DE 19 7

Aprova o detalhamento dos Projetos e Atividades constantes da Lei Nº 6.488, de 06 de dezembro de 1.977.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Item II, do Artigo 20, da Lei Nº 3.751, de 13 de maio de 1.960, combinado com o Artigo 9º, da Lei Nº 6.488, de 06 de dezembro de 1.977.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovado, na forma do anexo ao presente Decreto, o detalhamento dos Projetos e Atividades constantes da Lei Nº 6.488, de 06 de dezembro de 1.977.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor em 1º de Janeiro de 1.978, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 29 de dezembro de 1.977
89º da República e 18º de Brasília

HELIO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº 4017 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1.977

Aprova o detalhamento dos Projetos e Atividades constantes da Lei Nº 6.488, de 06 de dezembro de 1.977.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Item II, do Artigo 20, da Lei Nº 3.751, de 13 de maio de 1.960, combinado com o Artigo 9º, da Lei Nº 6.488, de 06 de dezembro de 1.977.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovado, na forma do anexo ao presente Decreto, o detalhamento dos Projetos e Atividades constantes da Lei Nº 6.488, de 06 de dezembro de 1.977.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 1.978, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 29 de dezembro de 1.977
89º da República e 18º de Brasília

HELIO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADE E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978 CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS			TOTAL
		2.001	2.002	1.001	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES				
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO				
3.1.1.0	Pessoal				
3.1.1.1	Pessoal Civil				
01	Vencimentos e Vantagnes Fixas	25.880.000	-		25.880.000
02	Despesas Variáveis	1.260.000	-		1.260.000
3.1.2.0	Material de Consumo	1.500.000	-		1.500.000
3.1.3.0	Serviço de Terceiros				
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	2.200.000	-		2.200.000
3.1.4.0	Encargos Diversos	350.000			350.000
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores	250.000	-		250.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social				
3.2.3.1	Inativos		5.777.000		5.777.000
3.2.3.3	Salário Família	276.000	15.000		291.000
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social	500.000	-		500.000
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes				
3.2.7.6	Pessoas	443.000	-		443.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL				
4.1.0.0	INVESTIMENTOS				
4.1.1.0	Obras Públicas		-	3.500.000	3.500.000
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	770.000	-		770.000
4.1.4.0	Material Permanente	390.000	-		390.000
	T O T A L	33.819.000	5.792.000	3.500.000	43.111.000

GABINETE DO GOVERNADOR

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADE E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978 CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DE DESPESA	ATIVIDADE	TOTAL
		2.003	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES		
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO		
3.1.1.0	Pessoal		
3.1.1.1	Pessoal Civil		
01	Vencimentos e Vantagens Fixas	16.584.000	16.584.000
02	Despesas Variáveis	4.618.000	4.618.000
3.1.1.2	Pessoal Militar		
01	Vencimentos e Vantagens Fixas	85.000	85.000
02	Despesas Variáveis	130.000	130.000
3.1.2.0	Material de Consumo	500.000	500.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros		
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	4.000.000	4.000.000
3.1.4.0	Encargos Diversos	2.500.000	2.500.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social		
3.2.3.3	Salário Família	614.000	614.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL		
4.1.0.0	INVESTIMENTOS		
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	350.000	350.000
4.1.4.0	Material Permanente	150.000	150.000
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS		
4.2.3.0	Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresa em Funcionamento	100.000	100.000
	T O T A L	29.631.000	29.631.000

DEPARTAMENTO DE TURISMO

ORÇAMENTO ANALITÍCO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1,978

CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES		TOTAL
		2.004	2.005	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			
3.1.1.0	Pessoal			
3.1.1.1	Pessoal Civil			
01	Vencimentos e Vantagens Fixas	5.260.000		5.260.000
02	Despesas Variáveis	690.000		690.000
3.1.2.0	Material de Consumo	1.145.000		1.145.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros			
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	2.305.000		2.305.000
3.1.4.0	Encargos Diversos	15.000	7.400.000	7.415.000
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores	840.000		840.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
3.2.3.3	Salário Família	60.000		60.000
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social	1.179.000		1.179.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			
4.1.1.0	INVESTIMENTOS			
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	214.000		214.000
4.1.4.0	Material Permanente	50.000		50.000
	T O T A L	11.758.000	7.400.000	19.158.000

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978

CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADE	TOTAL
		2.006	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES		
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO		
3.1.1.0	Pessoal		
3.1.1.1	Pessoal Civil		
01	Vencimentos e Vantagens Fixas	6.005.000	6.005.000
02	Despesas Variáveis	729.000	729.000
3.1.2.0	Material de Consumo	500.000	500.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros		
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	2.000.000	2.000.000
3.1.4.0	Encargos Diversos	1.900.000	1.900.000
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores	20.000	20.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
3.2.3.3	Salário Família	68.000	68.000
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social	1.241.000	1.241.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL		
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	110.000	110.000
4.1.4.0	Material Permanente	66.000	66.000
	T O T A L	12.661.000	12.661.000

ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS DE BRASÍLIA

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978

CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADE 2.007	TOTAL
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES		
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO		
3.1.1.0	Pessoal		
3.1.1.1	Pessoal Civil		
3.1 01	Vencimentos e Vantagens Fixas	1.628.000	1.628.000
02	Despesas Variáveis	630.000	630.000
3.1.2.0	Material de Consumo	381.000	381.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros		
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	3.800.000	3.800.000
3.1.4.0	Encargos Diversos	110.000	110.000
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores	50.000	50.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
3.2.3.3	Salário Família	9.000	9.000
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social	220.000	220.000
3.2.7.6	Pessoas	120.000	120.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL		
4.1.0.0	INVESTIMENTOS		
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	70.000	70.000
4.1.4.0	Material Permanente	100.000	100.000
	T O T A L	7.118.000	7.118.000

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978

CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADE 2.008	TOTAL
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES		
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO		
3.1.1.0	Pessoal		
3.1.1.1	Pessoal Civil		
01	Vencimentos e Vantagens Fixas	2.162.000	2.162.000
02	Despesas Variáveis	30.000	30.000
3.1.2.0	Material de Consumo	321.000	321.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros		
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	1.021.000	1.021.000
3.1.4.0	Encargos Diversos	135.000	135.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
3.2.3.3	Salário Família	60.000	60.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL		
4.1.0.0	INVESTIMENTOS		
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	65.000	65.000
4.1.4.0	Material Permanente	127.000	127.000
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS		
4.2.3.0	Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento	60.000	60.000
	T O T A L	3.981.000	3.981.000

PROCURADORIA GERAL

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978

CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADE 2.009	TOTAL
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES		
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO		
3.1.1.0	Pessoal		
3.1.1.1	Pessoal Civil		
01	Vencimentos e Vantagens Fixas	24.273.000	24.273.000
02	Despesas Variáveis	279.000	279.000
3.1.2.0	Material de Consumo	180.000	180.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros		
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	2.450.000	2.450.000
3.1.4.0	Encargos Diversos	900.000	900.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
3.2.3.3	Salário Família	616.000	616.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL		
4.1.0.0	INVESTIMENTOS		
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	565.000	565.000
4.1.4.0	Material Permanente	2.435.000	2.435.000
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS		
4.2.1.0	Aquisição de Imóveis	1.000.000	1.000.000
4.2.3.0	Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento	45.000	45.000
	T O T A L	32.743.000	32.743.000

SECRETARIA DO GOVERNO

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978

CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS								TOTAL
		2.010	1.003	1.005	1.002	1.004	9.999	1.806	2.[illegible]01	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES									
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO									
3.1.1.0	Pessoal									
3.1.1.1	Pessoal Civil									
01	Vencimentos e Vantagens Fixas	23.438.000								23.438.000
02	Despesas Variáveis	400.000								400.000
3.1.2.0	Material de Consumo	300.000								300.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros									
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	1.160.000	10.000.000	700.000						11.860.000
3.1.4.0	Encargos Diversos	120.000		300.000		2.000.000				2.420.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social									
3.2.3.3	Salário Família	644.000								644.000
3.2.6.0	Reserva de Contingência						100.000.000			100.000.000
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes.									
3.2.7.3	Entidades Estaduais									
	- Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central									
01	Pessoal								8.000.000	8.000.000
03	Outros Custeios								3.500.000	3.500.000
04	Inativos									
06	Salário Família								6.000	6.000
07	Contribuições de Previdência Social								2.413.000	2.413.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL									
4.1.0.0	INVESTIMENTOS									
4.1.1.0	Obras Públicas									
4.1.2.0	Serviços em Regime de Programação Especial				39.039.000					39.039.000
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	200.000								200.000
4.1.4.0	Material Permanente	300.000								300.000
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS									
4.2.3.0	Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresa em Funcionamento	60.000								60.000
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL									
4.3.7.0	Contribuições Diversas									
4.3.7.2	Entidades Estaduais									
04	Outras Contribuições							5.000.000		5.000.000
	T O T A L	26.622.000	10.000.000	1.000.000	39.039.000	2.000.000	100.000.000	5.000.000	13.919.000	197.580.000

ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978 CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS								TOTAL
		2.012	2.064	2.065	1.011	2.066	1.012	2.013	1.005	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES									
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO									
3.1.1.0	Pessoal									
3.1.1.1	Pessoal Civil									
01	Vencimentos e Vantagens Fixas.....	6.696.000								6.696.000
02	Despesas Variáveis.....	48.000								48.000
3.1.2.0	Material de Consumo.....	100.000								100.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros									
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros.....	222.000	100.000					260.000		582.000
3.1.4.0	Encargos Diversos.....	80.000								80.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social									
3.2.3.3	Salário Família.....	547.000								547.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL									
4.1.0.0	INVESTIMENTOS									
4.1.1.0	Obras Públicas.....			100.000	3.280.000	350.000	200.000		2.436.000	6.366.000
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações.....	188.000	345.000							533.000
4.1.4.0	Material Permanente.....	96.000								96.000
	T O T A L	7.977.000	445.000	100.000	3.280.000	350.000	200.000	260.000	2.436.000	15.048.000

REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978 CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS								TOTAL
		2.014	2.067	2.068	1.017	1.019	2.069	1.020	2.015	1.010	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES										
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO										
3.1.1.0	Pessoal										
3.1.1.1	Pessoal Civil										
01	Vencimentos e Vantagens Fixas.....	12.369.000									12.369.000
02	Despesas Variáveis.....	76.000									76.000
3.1.2.0	Material de Consumo.....	120.000									120.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros										
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros.....	310.000	400.000						1.000.000		1.710.000
3.1.4.0	Encargos Diversos	50.000									50.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES										
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social										
3.2.3.3	Salário Família.....	1.440.000									1.440.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL										
4.1.0.0	INVESTIMENTOS										
4.1.1.0	Obras Públicas			450.000	3.000.000	9.000.000	550.000	2.000.000		1.000.000	16.000.000
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações.....	50,000	550.000								600.000
4.1.4.0	Material Permanente.....	50.000									50.000
	T O T A L	14.465.000	950.000	450.000	3.000.000	9.000.000	550.000	2.000.000	1.000.000	1.000 000	32.415.000

REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978

Cr$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS													TOTAL
		2.016	2.017	2.070	1.025	2.071	2.097	1.027	1.029	2.072	1.030	1.031	2.018	1.032	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES														
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO														
3.1.1.0	Pessoal														
3.1.1.1	Pessoal Civil														
01	Vencimentos e Vantagens Fixas	20.609.000													20.609.000
02	Despesas Variáveis	49.000													49.000
3.1.2.0	Material de consumo	120.000	78.000												198.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros														
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	190.000	100.000	600.000									1.500.000		2.390.000
3.1.4.0	Encargos Diversos	60.000	70.000												130.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES														
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social														
3.2.3.3	Salário Família	1.870.000													1.870.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL														
4.1.0.0	INVESTIMENTOS														
4.1.1.0	Obras Públicas				700.000	700.000	100.000	2.000.000	20.000.000	1.400.000	2.700.000	3.300.000		1.400.000	31.600.000
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	350.000	200.000	1.520.000											2.070.000
4.1.4.0	Material Permanente	150.000	100.000												250.000
	TOTAL	23.398.000	548.000	2.120.000	700.000	700.000	100.000	2.000.000	20.000.000	1.400.000	2.700.000	3.300.000	1.500.000	1.400.000	59.366.000

REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADE E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978

Cr$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS									TOTAL
		2.019	2.073	1.036	2.074	1.038	1.039	2.075	1.041	2.020	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES										
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO										
3.1.1.0	Pessoal										
3.1.1.1	Pessoal Civil										
01	Vencimentos e Vantagens Fixas	6.510.000									6.510.000
02	Despesas Variáveis	91.000									91.000
3.1.2.0	Material de Consumo	80.000									80.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros										
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	118.000	220.000							350.000	688.000
3.1.4.0	Encargos Diversos	40.000									40.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES										
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social										
3.2.3.3	Salário Família	667.000									667.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL										
4.1.0.0	INVESTIMENTOS										
4.1.1.0	Obras Públicas			330.000	150.000	1.000.000	3.130.000	200.000	550.000		5.360.000
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	100.000	480.000								580.000
4.1.4.0	Material Permanente	50.000									50.000
	TOTAL	7.656.000	700.000	330.000	150.000	1.000.000	3.130.000	200.000	550.000	350.000	14.066.000

REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978

CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DE DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS								TOTAL
		2.021	2.076	2.077	1.046	1.047	2.078	1.049	2.022	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES									
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO									
3.1.1.0	Pessoal									
3.1.1.1	Pessoal Civil									
01	Vencimentos e Vantagens Fixas	10.230.000								10.230.000
02	Despesas Variáveis	118.000								118.000
3.1.2.0	Material de Consumo	130.000								130.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros									
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	230.000	350.000						600.000	1.180.000
3.1.4.0	Encargos Diversos	50.000								50.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social									1.088.000
3.2.3.3	Salário Família									
4.1.0.0	INVESTIMENTOS									
4.1.1.0	Obras Públicas			250.000	1.100.000	5.500.000	350.000	1.100.000		8.300.000
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	100.000	650.000							750.000
4.1.4.0	Material Permanente	100.000								100.000
	T O T A L	12.046.000	1.000.000	250.000	1.100.000	5.500.000	350.000	1.100.000	600.000	21.946.000

REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978

CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS								TOTAL
		2.023	2.079	2.080	1.053	1.054	2.081	1.057	2.024	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES									
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO									
3.1.1.0	Pessoal									
3.1.1.1	Pessoal Civil									
01	Vencimentos e Vantagens Fixas	7.254.000								7.254.000
02	Despesas Variáveis	126.000								126.000
3.1.2.0	Material de Consumo	90.000								90.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros									
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	203.000	200.000						400.000	803.000
3.1.4.0	Encargos Diversos	30.000								30.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
3.2.3.0	Transferências de Asisstência e Previdência Social									
3.2.3.3	Salário Família	661.000								661.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL									
4.1.0.0	INVESTIMENTOS									
4.1.1.0	Obras Públicas			100.000	500.000	3.000.000	300.000	1.470.000		5.370.000
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	90.000	100.000							190.000
4.1.4.0	Material Permanente	110.000								110.000
	T O T A L	8.564.000	300.000	100.000	500.000	3.000.000	300.000	1.470.000	400.000	14.634.000

ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL, INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO - ASRIA

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978 Cr$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS							TOTAL
		2.025	2.082	1.015	2.083	2.084	1.063	2.026	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES								
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO								
3.1.1.0	Pessoal								
3.1.1.1	Pessoal Civil								
01	Vencimentos e Vantagens Fixas.....	9.114.000							9.114.000
02	Despesas Variáveis.....	15.000							15.000
3.1.2.0	Material de Consumo.....	80.000							80.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros								
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros.....	204.000	110.000					1.200.000	1.514.000
3.1.4.0	Encargos Diversos.....	50.000							50.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES								
3.2.3.3	Salário Família.....								717.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL								
4.1.0.0	INVESTIMENTOS								
4.1.1.0	Obras Públicas.....			5.500.000	130.000	1.000.000	1.200.000		7.830.000
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações.....	40.000	345.000						385.000
4.1.4.0	Material Permanente.....	40.000							40.000
	T O T A L	10.260.000	455.000	5.500.000	130.000	1.000.000	1.200.000	1.200.000	19.745.000

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978 Cr$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES					TOTAL
		2.028	2.029	2.032	2.033	2.030	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES						
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO						
3.1.1.0	Pessoal						
3.1.1.1	Pessoal Civil						
01	Vencimentos e Vantagens Fixas.....	80.000.000					80.000.000
02	Despesas Variáveis.....	13.541.000					13.541.000
3.1.2.0	Material de Consumo.....	352.000	11.000.000	13.000.000	300.000		24.652.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros.						
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros.....	6.000.000	18.000.000	430.000	9.570.000		34.000.000
3.1.4.0	Encargos Diversos.....	290.000	590.000		500.000		1.380.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES						
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social						
3.2.3.1	Inativos.....					37.200.000	37.200.000
3.2.3.2	Pensionistas.....					465.000	465.000
3.2.3.3	Salário Família	6.440.000				5.750.000	12.190.000
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social.....	3.900.000					3.900.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL						
4.1.0.0	INVESTIMENTOS						
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações.....	7.000	11.240.000	80.000	154.000		11.481.000
4.1.4.0	Material Permanente.....	335.000	60.000	434.000	40.000		869.000
	T O T A L.....	110.865.000	40.890.000	13.944.000	10.564.000	43.415.000	219.678.000

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978

CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADE E PROJETO		TOTAL
		2.034	1.016	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			
3.1.1.0	Pessoal			
3.1.1.1	Pessoal Civil			
01	Vencimentos e Vantagens Fixas	9.000.000		9.000.000
02	Despesas Variáveis	1.529.000		1.529.000
3.1.2.0	Material de Consumo	800.000		800.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros			
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	500.000		50 000
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	700.000		700.000
3.1.4.0	Encargos Diversos	2.531.000		2.531.000
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores	1.000		1.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
3.2.3.3	Salário Família	50.000		50.000
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social	1.923.000		1.923.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			
4.1.0.0	INVESTIMENTOS			
4.1.1.0	Obras Públicas		1.000.000	1.000.000
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	560.000		560.000
4.1.4.0	Material Permanente	500.000		500.000
	TOTAL	18.094.000	1.000.000	19.094.000

SECRETARIA DE FINANÇAS

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978

CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIDADES E PROJETOS								TOTAL
		1.149	2.035	1.071	1.072	1.068	1.069	1.070	2.031	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES									
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO									
3.1.1.0	Pessoal									
3.1.1.1	Pessoal Civil									
01	Vencimentos e Vantagens Fixas		72.540.000							72.540.000
02	Despesas Variáveis		10.000.000							10.000.000
3.1.2.0	Material de Consumo		1.200.000							1.200.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros									
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros		6.500.000	3.330.000	4.200.000					14.030.000
3.1.4.0	Encargos Diversos		1.100.000	1.240.000						2.340.000
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores		5.757.000							5.757.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
3.2.3.3	Salário Família		2.057.000							2.057.000
3.2.5.0	Contribuibuições de Previdência Social								40.208.000	40.208.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL									
4.1.0.0	INVESTIMENTOS									
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	100.000								100.000
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS									
4.2.6.0	Diversas Inversões Financeiras					470.432.000	35.925.000	15.264.000		521.621.000
	TOTAL	100.000	99.154.000	4.570.000	4.200.000	470.432.000	35.925.000	15.264.000	40.208.000	669.853.000

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS																					
		2.036	2.065	1.074	1.075	1.077	1.079	1.080	2.037	1.081	1.082	2.802	2.805	1.821	1.801	1.806	2.811	1.002	2.004	1.003	1.822	1.814	1.804
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES																						
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO																						
3.1.1.0	Pessoal																						
3.1.1.1	Pessoal Civil																						
01	Vencimentos e Vantagens Fixas	27.185.000																					
02	Despesas Variáveis	691.000																					
3.1.2.0	Material de Consumo	115.000																					
3.1.3.0	Serviços de Terceiros																						
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	700.000																					
3.1.4.0	Encargos Diversos	100.000																					
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES																						
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social								500.000														
3.2.3.3	Salário Família	728.000																					
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes																						
3.2.7.2	Entidades Federais																						
03	Outros Custeios									1.488.000	5.500.000												
3.2.7.5	Fundações Instituídas pelo Poder Público											131.954.000	9.000.000			19.798.000	281.964.000		230.400.000	3.926.000			
01	Pessoal											1.310.000			1.300.000						100.000		
02	Remuneração de Serviços Pessoais											24.547.000	850.000		100.000		10.453.000	150.000			900.000	1.000.000	
03	Outros Custeios											2.406.000	47.000				500.000						
04	Salário Família											10.708.000	1.235.000			2.959.000	44.162.000		37.994.000	464.000			
07	Contribuições da Previdência Social																						
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL																						
4.1.0.0	INVESTIMENTOS																						
4.1.1.0	Obras Públicas			10.000.000			2.000.000																
4.1.2.0	Serviços em Regime de Programação Especial					13.000.000																	
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	80.000			1.500.000			1.000.000															
4.1.4.0	Material Permanente	220.000			527.000			500.000															
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL																						
4.3.1.0	Amortização																						
4.3.1.1	Amortização da Dívida Pública																						
02	Fundada Externa		2.842.000																				
4.3.3.0	Auxílios para Obras Públicas											150.000		10.000.000									800.000
4.3.4.0	Auxílios para Equipamentos e Instalações											200.000						400.000					400.000
4.3.5.0	Auxílios para Material Permanente											150.000											250.000
	Auxílios para Inversões Financeiras											50.000											
	TOTAL	29.819.000	24.562.000	10.000.000	2.027.000	13.000.000	2.000.000	1.500.000	500.000	1.466.000	5.500.000	171.474.000	11.132.000	10.000.000	1.400.000	22.757.000	337.079.000	550.000	276.994.000	4.400.000	1.000.000	1.000.000	1.500.000

SECRETARIA DE SAÚDE

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978

CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS									TOTAL
		2.086	2.043	1.089	1.090	1.091	1.824	2.819	1.805	2.807	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES										
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO										
3.1.1.0	Pessoal										
3.1.1.1	Pessoal Civil										
01	Vencimentos e Vantagens Fixas		41.850.000								41.850.000
02	Despesas Variáveis		565.000								565.000
3.1.2.0	Material de Consumo		157.000								157.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros										
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros		1.400.000								1.400.000
3.1.4.0	Encargos Diversos		100.000								100.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES										
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social										
3.2.3.3	Salário Família		2.530.000								2.530.000
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes										
3.2.7.3	Entidades Estaduais										
01	Pessoal							3.500.000			3.500.000
06	Salário Família							100.000			100.000
07	Contribuições de Previdência Social							700.000			700.000
3.2.7.5	Fundações Instituídas pelo Poder Público										
01	Pessoal									471.778.000	471.778.000
03	Outros Custeios									30.000.000	30.000.000
07	Contribuições de Previdência Social									95.747.000	95.747.000
08	Diversas									1.000.000	1.000.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL										
4.1.0.0	INVESTIMENTOS										
4.1.1.0	Obras Públicas			6.550.000	7.000.000	2.500.000					16.050.000
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações		235.000	2.000.000							2.235.000
4.1.4.0	Material Permanente		165.000	500.000							665.000
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL										
4.3.1.0	Amortizações										
4.3.1.1	Amortização da Dívida Pública										
02	Fundada Externa	500.000									500.000
4.3.3.0	Auxílio para Obras Públicas								6.000.000		6.000.000
4.3.4.0	Auxílio para Equipamentos e Instalações						6.670.000			600.000	7.270.000
4.3.5.0	Auxílio para Material Permanente						3.330.000			400.000	3.730.000
	TOTAL	500.000	47.002.000	9.050.000	7.000.000	2.500.000	10.000.000	4.300.000	6.000.000	599.525.000	695.877.000

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978 CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS						TOTAL
		2.045	1.094	1.097	2.046	2.808	1.807	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES							
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO							
3.1.1.0	Pessoal							
3.1.1.1	Pessoal Civil							
01	Vencimentos e Vantagens Fixas	11.663.000						11.663.000
02	Despesas Variáveis	950.000						950.000
3.1.2.0	Material de Consumo	120.000	550.000	147.000				817.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros							
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais		200.000					200.000
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	645.000	1.625.000	695.000				2.965.000
3.1.4.0	Encargos Diversos	70.000	150.000	614.000				834.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
3.2.1.0	Subvenções Sociais				500.000			500.000
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social							
3.2.3.3	Salário Família	345.000						345.000
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes							
3.2.7.5	Fundações Instituídas pelo Poder Público							
01	Pessoal					30.560.000		30.560.000
03	Outros Custeios					9.445.000		9.445.000
06	Salário Família					30.000		30.000
07	Contribuições de Previdência Social					9.210.000		9.210.000
08	Diversas					4.292.000		4.292.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL							
4.1.0.0	INVESTIMENTOS							
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	100.000	200.000					300.000
4.1.4.0	Material Permanente	100.000	200.000	50.000				350.000
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
4.3.3.0	Auxílio para Obras Públicas						2.000.000	2.000.000
4.3.4.0	Auxílio para Equipamentos e Instalações					900.000		900.000
	T O T A L	13.993.000	2.925.000	1.506.000	500.000	54.437.000	2.000.000	75.361.000

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978 CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS														TOTAL
		2.007	2.040	2.009	1.100	2.008	1.101	1.098	2.814	2.810	1.809	1.810	2.809	1.811	1.812	1.825	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES																
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO																
3.1.1.0	Pessoal																
3.1.1.1	Pessoal Civil																
01	Vencimentos e Vantagens Fixas		45.012.000														45.012.000
02	Despesas Variáveis		566.000														566.000
3.1.2.0	Material de Consumo		250.000														250.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros																
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros		800.000														800.000
3.1.4.0	Encargos Diversos		50.000														50.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES																
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social																
3.2.3.3	Salário Família		2.760.000														2.760.000
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes																
3.2.7.3	Entidades Estaduais																
01	Pessoal									34.350.000			30.711.000				65.061.000
03	Outros Custeios									3.000.000			10.000.000				13.000.000
06	Salário Família									660.000			23.000				683.000
07	Contribuições de Previdência Social												7.430.000				7.430.000
08	Diversas								9.800.000								9.800.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL																
4.1.0.0	INVESTIMENTOS																
4.1.1.0	Obras Públicas	4.000.000		13.0000.000	5.500.000	10.500.000	40.000.000	15.000.000									88.000.000
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações		300.000														300.000
4.1.4.0	Material Permanente		500.000														500.000
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL																
4.3.3.0	Auxílio para Obras Públicas										3.000.000			43.001.000	15.450.000	200.000	61.651.000
4.3.4.0	Auxílio para Equipamentos e Instalações											4.400.000					4.400.000
4.3.5.0	Auxílio para Material Permanente											600.000					600.000
4.3.7.0	Contribuições Diversas.																
4.3.7.2	Entidades Estaduais																
01	Auxílio para Amortização da Dívida Pública								5.800.000								5.800.000
	T O T A L	4.000.000	50.237.000	13.0000.000	5.500.000	10.500.000	40.000.000	15.000.000	15.800.000	38.000.000	3.000.000	5.000.000	48.164.000	43.001.000	15.450.000	200.000	308.352.000

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978 CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS								TOTAL
		2.051	1.109	1.112	1.111	1.110	1.108	2.052	1.113	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES									
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO									
3.1.1.0	Pessoal									
3.1.1.1	Pessoal Civil									
01	Vencimentos e Vantagens Fixas.....	26.970.000								26.970.000
02	Despesas Variáveis.....	465.000								465.000
3.1.2.0	Material de Consumo.....	250.000								250.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros									
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros.....	1.300.000						25.453.000		26.753.000
3.1.4.0	Encargos Diversos.....	45.000								45.000
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores									
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social									
3.2.3.3	Salário Família.....	2.530.000								2.530.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL									
4.1.0.0	INVESTIMENTOS									
4.1.1.0	Obras Públicas			1.100.000	3.500.000	1.100.000	11.000.000		5.200.000	21.900.000
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações.....	300.000								300.000
4.1.4.0	Material Permanente.....	500.000								500.000
4.1.5.0	Participação em Constituição ou Aumento do Capital de Empresa ou Entidades Industriais e Agrícolas.....		28.000.000							28.000.000
	T O T A L	32.360.000	28.000.000	1.100.000	3.500.000	1.100.000	11.000.000	25.453.000	5.200.000	107.713.000

ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978 .CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADE E PROJETO		TOTAL
		2.053	1.114	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			
3.1.1.0	Pessoal			
3.1.1.1	Pessoal Civil			
01	Vencimentos e Vantagens Fixas.....	6.160.000		6.160.000
02	Despesas Variáveis.....	640.000		640.000
3.1.2.0	Material de Consumo.....	600.000		600.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros			
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros.....	1.620.000		1.620.000
3.1.4.0	Encargos Diversos.....	100.000		100.000
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores.....	1.157.000		1.157.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social			
3.2.3.3	Salário Família.....	44.000		44.000
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social.....	1.108.000		1.108.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			
4.1.0.0	INVESTIMENTOS			
4.1.1.0	Obras Públicas.....		2.000.000	2.000.000
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações.....	50.000	300.000	350.000
4.1.4.0	Material Permanente.....	100.000	400.000	500.000
	T O T A L	11.579.000	2.700.000	14.279.000

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978 CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS					TOTAL
		2.054	1.118	1.119	1.120	1.115	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES						
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO						
3.1.1.0	Pessoal						
3.1.1.1	Pessoal Civil						
01	Vencimentos e Vantagens Fixas.....	41.478.000					41.478.000
02	Despesas Variáveis.....	1.870.000					1.870.000
3.1.2.0	Material de Consumo.....	11.900.000					11.900.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros						
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros.....	1.600.000					1.600.000
3.1.4.0	Encargos Diversos.....	250.000					250.000
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores.....	39.000					39.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES						
3.2.1.0	Transferências de Assistência e Previdência Social						
3.2.3.3	Salário Família.....	418.000					418.000
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social.....	8.363.000					8.363.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL						
4.1.0.0	INVESTIMENTOS						
4.1.1.0	Obras Públicas.....		3.000.000	3.800.000	2.000.000	1.600.000	10.400.000
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações.....					31.185.000	31.185.000
4.1.4.0	Material Permanente.....					1.000.000	1.000.000
	T O T A L	65.918.000	3.000.000	3.800.000	2.000.000	33.785.000	108.503.000

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978 CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS									TOTAL
		2.055	1.125	1.124	2.815	2.811	2.812	2.817	I.815	1.826	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES										
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO										
3.1.1.0	Pessoal										
3.1.1.1	Pessoal Civil										
01	Vencimentos e Vantagens Fixas.....	10.283.000									10.283.000
02	Despesas Variáveis.....	250.000									250.000
3.1.2.0	Material de Consumo.....	200.000									200.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros										
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros.....	500.000	[illegible]	800.000							1.200.000
3.1.4.0	Encargos Diversos.....	100.000	800.000								900.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES										
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social										
3.2.3.3	Salário Família.....	531.000									531.000
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes										
3.2.7.3	Entidades Estaduais										
01	Pessoal						100.000	2.838.000			2.938.000
03	Outros Custeios.....							1.400.000			1.400.000
06	Salário Família.....							50.000			50.000
07	Contribuições de Previdência Social.....							312.000			312.000
3.2.7.5	Fundações Instituidas pelo Poder Público										
01	Pessoal.....					40.000.000					40.000.000
03	Outros Custeios.....					10.500.000					10.500.000
06	Salário Família.....					421.000					421.000
07	Contribuições de Previdência Social.....					8.000.000					8.000.000
08	Diversas.....				800.000						800.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL										
4.1.0.0	INVESTIMENTOS										
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações.....	100.000									100.000
4.1.4.0	Material Permanente.....	100.000									100.000
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL										
4.3.3.0	Auxílios para Obras Públicas.....								1.000.000	3.000.000	4.000.000
4.3.4.0	Auxílios para Equipamentos e Instalações.....							150.000			150.000
4.3.5.0	Auxílios Para Material Permanente.....							250.000			250.000
	T O T A L	12.064.000	1.000.000	500.000	800.000	58.921.000	100.000	5.000.000	1.000.000	3.000.000	82.385.000

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978 — CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS								TOTAL
		1.127	2.058	2.059	1.827	1.828	1.816	2.813	2.818	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES									
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO									
3.1.1.0	Pessoal									
3.1.1.1	Pessoal Civil									
01	Vencimentos e Vantagens Fixas		123.000.000							123.000.000
02	Despesas Variáveis		1.311.000							1.311.000
3.1.1.2	Pessoal Militar									
01	Vencimentos e Vantagens Fixas		170.000							170.000
02	Despesas Variáveis									
3.1.2.0	Material de Consumo		12.000.000							12.000.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros									
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais									
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros		4.000.000							4.000.000
3.1.4.0	Encargos Diversos		480.000							480.000
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores		500.000							500.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social									
3.2.3.1	Inativos			2.790.000						2.790.000
3.2.3.2	Pensionistas			298.000						298.000
3.2.3.3	Salário Família		4.996.000	184.000						5.180.000
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social		90.000							90.000
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes									
3.2.7.3	Entidades Estaduais									
01	Pessoas						320.000	17.540.000		17.860.000
03	Outros Custeios						3.550.000	5.000.000		8.550.000
06	Salário Família							60.000		60.000
07	Contribuições de Previdência Social						130.000	770.000		900.000
3.2.7.6	Pessoas									
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL									
4.1.0.0	INVESTIMENTOS									
4.1.1.0	Obras Públicas									
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	6.415.000								6.415.000
4.1.4.0	Material Permanente	3.385.000								3.385.000
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS									
4.2.3.0	Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento									
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL									
4.3.3.0	Auxílio para Obras Públicas				1.200.000	3.720.000			3.000.000	6.720.000
4.3.4.0	Auxílio para Equipamentos e Instalações								1.100.000	2.300.000
4.3.5.0	Auxílio para Material Permanente								900.000	900.000
	T O T A L	3.800.000	146.547.000	3.272.000	1.200.000	3.720.000	4.000.000	23.370.000	5.000.000	196.909.000

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978 — CR$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS				TOTAL
		1.132	1.133	2.060	2.092	
3.0.0.0.	DESPESAS CORRENTES					
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO					
3.1.1.0	Pessoal					
3.1.1.1	Pessoal Civil					
01	Vencimentos e Vantagens Fixas			595.000		595.000
02	Despesas Variáveis			769.000		769.000
3.1.1.2	Pessoal Militar					
01	Vencimentos e Vantagens Fixas			115.000.000		115.000.000
02	Despesas Variáveis			42.000.000		42.000.000
3.1.2.0	Material de Consumo			9.000.000		9.000.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros					
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros			4.350.000		4.350.000
3.1.4.0	Encargos Diversos			600.000		600.000
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores			400.000		400.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social					
3.2.3.1	Inativos				37.200.000	37.200.000
3.2.3.2	Pensionistas				3.906.000	3.906.000
3.2.3.3	Salário Família			4.416.000	2.875.000	7.291.000
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social			80.000		80.000
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes					
3.2.7.6	Pessoas			40.000		40.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL					
4.1.0.0	INVESTIMENTOS					
4.1.1.0	Obras Públicas	3.000.000				3.000.000
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações		1.900.000			1.900.000
4.1.4.0	Material Permanente		800.000			800.000
	T O T A L	3.000.000	2.700.000	177.250.000	43.981.000	226.931.000

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO ANALÍTICO, POR ATIVIDADES E PROJETOS PARA O EXERCÍCIO DE 1.978 Cr$ 1,00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ATIVIDADES E PROJETOS				TOTAL
		1.135	1.138	2.061	2.062	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES					
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO					
3.1.1.0	Pessoal					
3.1.1.1	Pessoal Civil					
01	Vencimentos e Vantagens Fixas			2.180.000		2.180.000
3.1.1.2	Pessoal Militar					
01	Vencimentos e Vantagens Fixas			52.116.000		52.116.000
02	Despesas Variáveis			19.000.000		19.000.000
3.1.2.0	Material de Consumo			10.599.000		10.599.000
3.1.3.0	Serviços de Terceiros					
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais			200.000		200.000
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros			3.781.000		3.781.000
3.1.4.0	Encargos Diversos			400.000		400.000
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores			500.000		500.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
3.2.3.0	Transferências de Assistência e Previdência Social					
3.2.3.1	Inativos				31.620.000	31.620.000
3.2.3.2	Pensionistas				2.790.000	2.790.000
3.2.3.3	Salário Família			1.775.000	2.070.000	3.845.000
3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social			100.000		100.000
3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes					
3.2.7.6	Pessoas			60.000		60.000
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL					
4.1.0.0	INVESTIMENTOS					
4.1.1.0	Obras Públicas	5.000.000				5.000.000
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações		8.484.000			8.484.000
4.1.4.0	Material Permanente		2.720.000			2.720.000
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS					
4.2.3.0	Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresa em Funcionamento			52.000		52.000
	T O T A L	5.000.000	11.204.000	90.763.000	36.480 000	143.447.000

DECRETO N.o 4.018 DE 29 DE dezembro DE 19 7

Aprova para o exercício de 1.978, os Orçamentos Sintéticos das Fundações e dos Órgãos da Administração Indireta.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Item II, Artigo 20, da Lei Nº 3.751, de 13 de abril de 1.960, combinado com o Parágrafo Único, da Lei Nº 6.488, de 06 de dezembro de 1.977,

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam aprovados, na forma dos quadros anexos, os orçamentos das Fundações e dos Órgãos da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 27 de de 1.977
89º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº 4018 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1.977

Aprova para o exercício de 1.978, os Orçamentos Sintéticos das Fundações e dos Órgãos da Administração Indireta.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Item II, Artigo 20, da Lei Nº 3.751, de 13 de abril de 1.960, combinado com o Parágrafo Único, da Lei Nº 6.488, de 06 de dezembro de 1.977,

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam aprovados, na forma dos quadros anexos, os orçamentos das Fundações e dos Órgãos da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, de de 1.977
89º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A - CEASA

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1.978

Cr$ 1,00

R E C E I T A		D E S P E S A	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	35.823.100	FUNÇÃO 04 - Agricultura	37.623.100
1200.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	9.857.100	PROGRAMA 16 - Administração	37.623.100
1300.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	23.400.000	SUBPROGRAMA 021 - Administração Geral	
1400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.812 - Manutenção das Atividades da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A - CEASA	37.623.100
- Governo do Distrito Federal	100.000		
1500.00.00 - RECEITA DIVERSAS	2.466.000		
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	1.800.000		
2900.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.800.000		
T O T A L	37.623.100	T O T A L	37.623.100

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A - CEASA -DF

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1.978

Cr$ 1,00

CÓDIGO	E L E M E N T O S														TOTAL
	3.1.1.1	3.1.2.0	3.1.3.1	3.1.3.2	3.1.4.0	3.1.5.0	3.2.4.0	3.2.5.1	3.2.5.2	3.2.7.6	4.1.3.0	4.1.4.0	4.3.1.0	4.3.7.0	
2.812	7.730.200	1.505.000	630.000	8.774.000	3.232.400	630.000	6.702.000	1.346.700	826.300	96.000	228.000	78.000	5.800.000	44.500	37.623.100
TOTAL	7.730.200	1.505.000	630.000	8.774.000	3.232.400	630.000	6.702.000	1.346.700	826.300	96.000	228.000	78.000	5.800.000	44.500	37.623.100

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A - CEASA

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1.978

CR$ 1,00

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
2.812	Manutenção das Atividades da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A - CEASA.....	37.523.100	100.000	37.623.100
	T O T A L	37.523.100	100.000	37.623.100

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1.978

CR$ 1,00

RECEITA		DESPESA	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES.....	275.500.000	FUNÇÃO 13 - Saúde e Sancamento	614.711.000
1300.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL.....	245.000.000	PROGRAMA 76 - Saneamento	614.711.000
1400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	500.000	SUBPROGRAMA 021 - Administração Geral	302.214.000
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS.....	30.000.000	1.01 - Obras Civis da Companhia de Água e Esgotos de Brasília.....	5.000.000
		1.12 - Manutenção das Atividades da Companhia de Água e Esgotos de Brasília.....	297.214.000
		SUBPROGRAMA 033 - Dívida Interna.....	50.000.000
		1.02 - Amortização de Empréstimos.....	50.000.000
		SUBPROGRAMA 447 - Abastecimento D'Água.....	143.513.000
		1.03 - Sistema Produtor Rio Descoberto.....	63.618.000
		1.04 - Sistema Produtor de Brasília e Áreas Adjacentes	1.368.000
		1.05 - Sistema Produtor das Cidades Satélites.....	3.421.000
		1.06 - Sistema Distribuidor de Brasília e Áreas Adjacentes.....	34.082.000
		1.07 - Sistema Distribuidor das Cidades Satélites.....	40.018.000
		1.08 - Terrenos - Desapropriação.....	1.000.000
		SUBPROGRAMA 449 - Sistema de Esgotos.....	118.984.000
		1.09 - Sistema Coletor de Brasília e Áreas Adjacentes.	38.230.000
		1.10 - Sistema Coletor das Cidades Satélites..... ...	35.730.000
		1.11 - Sistema de Tratamento e Distribuição Final de Brasília e Áreas Adjacentes	35.100.000
		1.12 - Sistema de Tratamento e Distribuição Final de Cidades Satélites.....	7.924.000
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL.....	339.211.000		
2200.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	132.624.000		
2900.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL.....	206.587.000		
T O T A L	614.711.000	T O T A L.....	614.711.000